

A detailed blue line drawing of the main entrance of the University of Paraná. The building features a grand portico with several tall, fluted columns supporting a heavy entablature. The pediment above the columns is inscribed with the words 'UNIVERSIDADE DO PARANÁ'. To the right of the portico, there are arched windows and balconies on upper floors. The drawing is executed in a fine-lined, sketch-like style.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RUBENS DA SILVA TAVARES

SUPTES DE MEMÓRIA DA PRESENÇA DA DITADURA CIVIL MILITAR  
EM CURITIBA: PROBLEMATIZAÇÕES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

CURITIBA

2025

RUBENS DA SILVA TAVARES

SUPORTES DE MEMÓRIA DA PRESENÇA DA DITADURA CIVIL MILITAR  
EM CURITIBA: PROBLEMATIZAÇÕES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

Dissertação apresentada como requisito à  
conclusão de Mestrado Profissional em Ensino de  
História (ProfHistória), Universidade Federal do  
Paraná. Orientador: Prof. Dr. Clovis Gruner

CURITIBA

2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Tavares, Rubens da Silva

Suportes de memória da presença da Ditadura Civil Militar em Curitiba: problematizações para o ensino de História. / Rubens da Silva Tavares. – Curitiba, 2025.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Clovis Gruner.

1. História – Estudo e ensino. 2. Brasil – Política e governo – 1930-1945. 3. Memória coletiva. I. Gruner, Clovis, 1971-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Ensino de História. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ENSINO DE HISTÓRIA -  
31001017155P1

## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação ENSINO DE HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **RUBENS DA SILVA TAVARES**, intitulada: **SUPORTES DE MEMÓRIA DA PRESENÇA DA DITADURA CIVIL MILITAR EM CURITIBA: PROBLEMATIZAÇÕES PARA O ENSINO DE HISTÓRIA**, sob orientação do Prof. Dr. CLÓVIS MENDES GRUNER, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa. A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 27 de Agosto de 2025.

Assinatura Eletrônica

28/08/2025 09:18:09.0

CLÓVIS MENDES GRUNER

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

28/08/2025 08:38:30.0

ERIVAN CASSIANO KARVAT

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA)

Assinatura Eletrônica

01/09/2025 09:11:55.0

LUIS FERNANDO CERRI

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA)

Rua Dr. Faivre, 405. Dom Pedro II, 6º andar, sala 610 - CURITIBA - Paraná - Brasil

CEP 80060-140 - Tel: (41) 3360-5105 - E-mail: profhistoria@ufpr.br

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 478448

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://siga.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 478448

## AGRADECIMENTOS

Devo este trabalho e suas possíveis qualidades a uma série de pessoas. Agradeço a minha companheira de vida, Elisiani Vitória Tiepolo, pela leitura dos originais e pelas sugestões; também ao meu orientador, Professor Clovis Gruner, pela aceitação e pelas indicações de leituras, bem como pela liberdade na construção do texto; à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos; aos professores Erivan Cassiano Karvat e Luis Fernando Cerri, por terem participado da banca de qualificação e da banca final, fazendo observações e sugestões extremamente importantes para o aprofundamento de minha pesquisa.

Sou grato, também, aos professores e às professoras da educação básica pública do Paraná, por compartilharmos os anseios, as frustrações e as alegrias que a educação nos proporciona; saímos de nossas casas, todos os dias, na intenção de garantir a melhor aula possível, apesar de todos os empecilhos, como o descaso das autoridades responsáveis pela manutenção do sistema escolar público, as salas inadequadas ao ensino e aprendizagem, o difícil acesso ao material didático, a violência simbólica e física.

Aos alunos e alunas, que durante muito tempo me escutaram falar sobre História e tiveram paciência (ou não) de compartilhar a rigorosidade que exigem as análises sobre os conceitos e fatos que compõem e fundamentam a disciplina; espero que essa tenha, de alguma maneira, mudado os seus olhares sobre os acontecimentos ocorridos na sociedade e ajudado a compreender seu papel social e político.

Por fim, agradeço, *In Memoriam*, aos companheiros com os quais tive o privilégio de conviver e contribuíram para minha formação política. Eles se dedicaram uma vida inteira a lutar em defesa da Democracia, sobretudo contra a Ditadura Civil Militar que se instalou entre 1964-1985, no Brasil, no Paraná e em Curitiba; suas lutas e conquistas reverberam nas liberdades democráticas que hoje temos: Espedito Rocha, Moacyr Ferraz, Francisco França (seu França), Wilson Previdi, Amadeu Felipe, Hermógenes Lazier, e tantos outros que contribuíram enormemente para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

*A tradição dos oprimidos os ensina que o "estado de exceção" em que vivemos é, na verdade, a regra geral. Precisamos construir um conceito de História que corresponda a essa verdade. Nesse momento, perceberemos que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção.*

(XVIII Tese de Walter Benjamin)

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal compreender os suportes da memória da ditadura civil militar na cidade de Curitiba-PR, localizados nos espaços públicos da cidade, articulando a História nacional à local. Foi utilizada a pesquisa bibliográfica. A concepção de História que fundamenta as reflexões é baseada em Walter Benjamin, autor que compreende a História como um olhar do presente em relação ao passado, não sendo esse tempo e espaço vazios, ou seja, compreende-se que a História deve ter compromisso com a veracidade dos fatos históricos, sendo esses entendidos “a contrapelo”. Além de Benjamin, os fundamentos estão Karl Marx, Michel Pollak, Rodrigo de Sá Motta, Carlos Fico, Daniel Aarão Reis, Jeanne Marie Gagnebin, Paul Ricour, Jaques Le Goff, Maurice Halbwachs, Pierre Nora, Philippe Joutard, Alberto Manguel, Gilbert Durant. Como proposta de intervenção se propõe a criação de um e-book, disponibilizando os pressupostos teóricos que possibilitam aos professores refletir sobre a ditadura, um roteiro de como abordar e trabalhar esse tema em sala de aula, com sugestões de bibliografia, assim com imagens de alguns suportes de memória localizados na cidade de Curitiba, assim como um mapa interativo, utilizando a plataforma de software livre UMAP, para identificar os locais desses suportes, aberto a contribuições que possam mapear outros locais não relacionados nessa pesquisa.

**Palavras-chave:** Ditadura Civil Militar. Ensino de História. Curitiba. Suportes de memória. Produto pedagógico.

## **ABSTRACT**

The main objective of this article is to understand the supports of the memory of the civil-military dictatorship in the city of Curitiba-PR, through the memory supports located in the city's public spaces, linking national and local history. The theoretical foundation is based on Walter Benjamin, an author who understands history as a view of the present in relation to the past, which is not an empty time and space, that is, the conception that history must be committed to the veracity of historical facts, which are understood "against the grain". In addition to Benjamin, the reflections proposed here are based on Karl Marx, Michel Pollak, Rodrigo de Sá Motta, Carlos Fico, Daniel Aarão Reis, Jeanne Marie Gagnebin, Paul Ricour, Jaques Le Goff, Maurice Halbwachs, Pierre Nora, Philippe Joutard, Alberto Manguel, and Gilbert Durant. The proposed intervention is to create an e-book, providing theoretical assumptions that allow teachers to reflect on the dictatorship, a guide on how to approach and work on this topic in the classroom, with suggested bibliography, as well as images of some memory supports located in the city of Curitiba, as well as an interactive map, using the free software platform UMAP, to identify the locations of these supports, open to contributions that can map other locations not related in this research.

**Keywords:** Civil-Military Dictatorship. Teaching History. Curitiba. Memory supports. Pedagogical product.



## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Foto Monumento a Antônio Tavares

Figura 2 - A Persistência da Memória (1931)

Figura 3 - Foto estudantes de Direito, UFPR

Figura 4 - Carta de informante A

Figura 5 - Carta de informante B

Figura 6 - Carta de Informante C

Figura 7 - Carta de informante D

FIGURA 8 – Nome de Rua no Bairro Ganchinho, Curitiba, PR

FIGURA 9 - Nome de Rua no Bairro Tarumã, Curitiba, PR

FIGURA 10 - Nome de Tubo de Ônibus no Bairro Capão da Imbuia, Curitiba, PR

FIGURA 11 - Placa Centro Politécnico, UFPR, Curitiba, PR

FIGURA 12 - Núcleo Regional de Educação de Curitiba, PR

FIGURA 13 - Pró-Reitoria da UFPR, Curitiba, PR

FIGURA 14 - Centro Municipal de Educação Infantil, CMEI, Curitiba, PR

Figura 15 - Palácio Iguaçu, 1988

Figura 16. Palácio Iguaçu, 2015

Figura 17- Candelária, Rio de Janeiro, 1968

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 HISTÓRIA E MEMÓRIA, SUPORTES DA MEMÓRIA .....</b>	<b>14</b>
2.1 História e Memória .....	15
2.2 Suportes da Memória .....	21
<b>3 MEMÓRIA DO GOLPE CIVIL MILITAR DE 1964 NO BRASIL .....</b>	<b>22</b>
<b>4 HISTÓRIA E SUPORTES DA MEMÓRIA DA DITADURA CIVIL MILITAR EM CURITIBA.....</b>	<b>34</b>
<b>5 ANÁLISE DE SUPORTES DE MEMÓRIA DA DITADURA EM CURITIBA.....</b>	<b>47</b>
<b>6 MEMÓRIA IDEALIZADA DA DITADURA .....</b>	<b>53</b>
<b>7 PRODUTO DIDÁTICO PEDAGÓGICO.....</b>	<b>59</b>
<b>8 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>61</b>
<b>10 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>62</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a persistência da memória da ditadura no Brasil, 1964-1985, na cidade de Curitiba-PR, através de “artefatos e monumentos, por meio dos quais se interpreta e representa o passado ou o presente, e apontam significativamente para as escolhas seletivas que constituirão o patrimônio cultural” (FERREIRA, 2011, p. 26). Tais suportes da memória estão nos espaços públicos da cidade, muitas vezes, sem serem percebidos, em imagens, monumentos, nomes, ruas, placas comemorativas e podem ser analisados à luz da leitura benjaminiana, como “monumentos da barbárie”. Dessa forma, a ditadura se utilizou não apenas da violência física para se manter no poder, mas, também, da violência simbólica, assim como de ações de “propagandas psicológicas”, e estratégias “para atrair o apoio popular” (SÁ Motta, 2023, p.125).

Tem-se como objetivo principal apresentar e refletir sobre alguns suportes em que a memória da ditadura se faz presente na cidade de Curitiba não somente como resquícios de nosso passado ditatorial, mas como representações presentes desse passado que persistem no presente através de imagens do passado. Para isso, é preciso fazer a construção e desconstrução da História da ditadura em Curitiba articulada com a ditadura nacional.

Fundamento-me na concepção de História de Walter Benjamin, especialmente em seus livros “Sobre o Conceito de História, Obras escolhidas”, de 1993, e “Sobre o Conceito de História, Edição Crítica”, de 2020. Para Benjamin, a História não é o tempo vazio, desprovida de entendimentos, porque relata um passado morto e vazio, mas o passado de “reminiscências” precisa ser lido a “contrapelo” e as memórias subterrâneas precisam emergir contra a política do esquecimento.

Não podemos fazer uma história da ditadura civil militar sem, contudo, supor que a façamos sem nos distanciar totalmente do tempo e do espaço estudado, porque o pesquisador, ao estudar o tema escolhido, o escolhe por que tem interesse pelo tema estudado, porque o seu recorte se vincula a uma posição histórica sobre o assunto abordado e, também, porque como toda pesquisa, a sua não possui neutralidade, porque uma pesquisa sem vínculos com o compromisso histórico dos acontecimentos se torna sem sentido e sem interesse social.

Considero o importante papel da escola, especialmente das professoras e dos professores de História em trazer essa discussão aos estudantes e à comunidade escolar e externa. Minha práxis como professor de História no Colégio Estadual do Paraná, por aproximadamente 25 anos, me fez aprofundar, entre outros temas, sobre a ditadura civil militar brasileira, buscando informações e a construção de uma metodologia que pudesse não só informar, mas permitir aos alunos e alunas que refletissem sobre a importância da luta incessante pela democracia. Foi assim que nos idos dos anos 2000 criei um percurso levando estudantes a caminharem pela cidade de Curitiba, observando os locais onde a memória da ditadura, na cidade, se faz presente. O Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfiHistória) me oportunizou compreender melhor e organizar esse percurso a partir do olhar do professor-pesquisador, e a presente dissertação é resultado desse processo.

Foi utilizada a pesquisa bibliográfica, que “não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 183). Também utilizei a pesquisa documental. Início tratando de questões nacionais importantes para a compreensão crítica sobre o golpe civil militar de 1964, para, na sequência, tratar dessa compreensão no âmbito do *lôcus* desse trabalho, a cidade de Curitiba. Isso porque, o Estado do Paraná e a sua capital foram palco de acontecimentos durante o período ditatorial que ainda carecem de mais estudos, sendo necessário se fazer um levantamento mais detalhado dos espaços de memórias que continuam a enaltecer a ditadura e os seus representantes.

Considero que é extremamente importante esse tema estar presente nas escolas, na medida em que a “tortura e outras graves violações de direitos humanos foram institucionalizadas pelo Estado e operacionalizadas pelos seus órgãos de repressão” (TELES, 2009, p.13). Ou seja, a repressão, a perseguição, a tortura e a morte de opositores não se vinculavam a ações isoladas, mas são ações de uma política de Estado que tornou possível não só o governo ditatorial, possibilitando a construção de uma memória que excluiu os perseguidos e a construção de uma narrativa que leva ao esquecimento dos atos dos algozes.

Pensar a ditadura em Curitiba é pensar no “não dito” (POLLACK, 1989. p.6), é buscar o silêncio dos que sofreram perseguições, foram presos, torturados, tiveram direitos básicos negados pelo Estado de Exceção que foi o período ditatorial. Como bem frisou Pollack:

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável separam, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor. (POLLACK, 1989. p.7)

Essa imposição e aceitação de memórias individuais e coletivas que representam a ditadura se personificam nos suportes de memórias que preenchem os espaços públicos, e “o consenso, elemento característico da transição brasileira, negou o caráter público à memória dos atos violentos do Estado levou à redução da memória pública a uma memória privada, que, muitas vezes, não transpõe os muros escolares e acadêmicos” (TELES, 2009, p. 43). Por conta da descrença no Estado, nos partidos, nas representações políticas, nos sindicatos, na religião, na escola, na justiça, locais em que se podia exercer a troca de argumentos, as pessoas estão em isolamento e atomização, privadas de um mundo comum, em um estado de desolação. E, “se existem comunidades, essas praticamente se reduzem, na maioria das vezes, ao fechamento entre os que compartilham uma mesma opinião” (MATOS, 2022, p.47). Assim, enquanto não for arrancada a “tradição ao conformismo” (BENJAMIN, 1993, p. 224), os suportes de memória permanecerão apenas sendo percebidos por pesquisas acadêmicas ou por pequenos grupos.

Além disso, “toda vez que tocamos no tema da memória, somos chamados também para o tema do esquecimento”, e as violências acabam colocando “no mesmo plano as vítimas e os verdugos, ou até mesmo negam a existência dos perseguidos e de seus algozes” (ROSSI, 2010, p.36). É necessário, então, ampliar o entendimento dos suportes e das memórias neles carregadas para que o “sujeito do conhecimento histórico seja “a própria classe combatente e oprimida” (BENJAMIN, 1993, p.228), pois os suportes de memória sejam placas comemorativas, bustos, nomes de ruas ou escolas acabam impondo um não esquecimento da ditadura e sua idealização. Cabe à escola desconstruí-los e “derrubar o então e o agora” (HARTMAN, 2021, p. 241), dando espaço para a narrativa dos derrotados.

Ao não serem vistos e compreendidos a “contrapelo” (BENJAMIN, 1993), os suportes de memória levam ao fato de que se “os revisionistas, neofascistas estão galgando o poder hoje é porque também não soubemos nos aparelhar politicamente com uma História estruturada de modo forte o suficiente para resistir aos ataques negacionistas e memoricidas. O revisionismo fascista que quer “glorificar ditaduras e torturadores exige uma resposta que se dá, antes de mais nada, no campo da

guerra das imagens” (SELIGMANN, 2020, P.25) e de seus suportes. Os nomes de ruas, de escola e praças, os bustos que representam o passado ditatorial presente em instituições públicas referendam os atores que dele participaram, direta ou indiretamente, nos processos de violência, tortura e morte por parte do Estado e de seus agentes da repressão. Nesse sentido, os suportes de memória da ditadura civil militar precisam ser não somente identificados, mas essa “memória impedida” (RICOEUR, 2016, p. 10) precisa se contrapor a uma memória histórica que os desconstrua.

Podemos pensar “que o modo que o Estado brasileiro conduziu o processo de abertura democrática, comandada pelos militares, contribuiu para uma política de esquecimento, sobretudo, para o apagamento das marcas da repressão, tentando, mais uma vez, optar pelo verniz da modernização conservadora” (SILVA, 2021, p.80). Por isso, o ensino de História e da historiografia precisam fazer “parte da construção da cidadania e do Estado democrático de direito” (NAPOLITANO, 2021, p.106), têm o dever não somente histórico, mas com o “conhecimento histórico e ajudam a sociedade a conhecer suas virtudes e mazelas” (NAPOLITANO, 2021, p.107).

Os suportes de memória precisam ser revisitados para que outra memória seja construída ao percebê-los no avesso de seus significados, expondo seus personagens e possibilitando a leitura histórica crítica. É o que exemplifico a partir de algumas ruas, bustos, placas e locais da cidade de Curitiba<sup>1</sup>. O esquecimento proporcionado pelo processo parcial da anistia parcial de 1979, que equiparou vítimas e algozes, propiciou que práticas autoritárias permaneçam mesmo no cotidiano da democratização da sociedade; além disso, a estética ditatorial se manteve, em detrimento de outra estética de identificação, sendo usada por grupos que se identificam com a memória da ditadura e que produzem um eterno revival de seus símbolos e memórias.

A fim de permitir a divulgação científica dessa pesquisa, apresento como proposta de intervenção a criação de um *e-book*, disponibilizando os pressupostos teóricos que possibilitam aos professores refletir sobre a ditadura no Brasil, sugestões de bibliografia, assim com imagens de alguns suportes de memória localizados na cidade de Curitiba e uma leitura “a contrapelo”.

## **2 HISTÓRIA E MEMÓRIA, SUPORTES DA MEMÓRIA**

---

<sup>1</sup> Sobre o tema, encontram-se a Dissertação de mestrado de Silvia Calciolari, livro do ex preso político Ildeu Manso Vieira, e dissertação de Mestrado do Profhistória, de Luiz Gabriel da Silva.

A produção medalhas, monumentos, símbolos, nomeando praças, ruas, escolas com nomes que referendam o processo que levou ao golpe e à ditadura civil militar no Brasil pretendem perpetuar e avançar para além do espaço e tempo ditatorial, uma vez que “um passado que não termina, porque não foi devidamente inscrito, ensinado e incorporado” (SELIGMANN-SILVA, 2023, p.27) pelos saberes populares, mas tende a incorporar memórias construídas. Por isso, faz-se necessário desconstruir essas imagens, mostrando que são simbolizações da barbárie, pois, ao atribuir a uma rua o nome de um torturador, se legitima, inconscientemente, não somente a imagem do torturador, mas a própria tortura, porque todo trabalho de “memória deve lançar raízes em nosso agora” (SELIGMANN-SILVA, 2023, p.10) e esse nosso agora deve nomear os símbolos como representações dessas reminiscências autoritárias e violentas. Essas memórias estão em suportes físicos e também nos discursos políticos, jurídicos, nas relações sociais e organizações da sociedade civil. Mas não estariam presentes até hoje se não tivessem apoio popular.

Conforme Rodrigo de Sá Motta, houve “adesões, acomodações e resistências” (SÁ MOTTA, 2023, p.125) e o espectro da ditadura ainda ronda, pois, se as memórias não forem confrontadas, assim como os seus suportes como expressões do autoritarismo, repressão e tortura como uma ação do Estado, legitimam-se os aparatos repressivos e permanecem como uma ação dos agentes de representação do Estado, porque não foram devidamente criticadas e punidas. Por isso, o passado precisa ser revisitado, uma vez que as reminiscências permanecem intrinsecamente como “memórias subterrâneas” (POLLAK, 1989, p.5) que precisam ser entendidas como instrumentos do passado autoritário que permeia o cotidiano em espaços na cidade pelos quais caminhamos.

Os suportes de memória que garantiram o prolongamento da ditadura precisam ser desconstruídos, conscientemente e inconscientemente, sendo necessário expô-los para que os traumas da ditadura sejam superados e que, ao invés de “gerarem cemitérios de cadáveres e de memórias” (SELIGMANN-SILVA, 2023, p.53) possam “desarquivar as imagens e as memórias de falsos contextos, de imagens encobridoras, para revelar a força contida nelas, ativar a potência explosiva que nelas dormita e que podem incendiar no contato com nosso presente” (BENJAMIN, 2006, p.23).

## 2.1 História e Memória

Segundo Le Goff, a “matéria fundamental da História é o tempo, (...) que desempenha um papel essencial como fio condutor e ciência auxiliar da História” (LE GOFF, 2003, p.12); faz-se necessária a mensuração do tempo, uma periodização para que se possam entender as reminiscências do passado que precisa emergir. Nesse sentido, problematizar o passado ditatorial é pensá-lo em suas marcas no presente (em seus suportes), escovando as memórias a contrapelo para que possam lampejarem-se benjaminicamente, trazendo à tona a sua compreensão, que transcende o tempo histórico.

Para melhor compreender o papel da Memória e da História, sugiro uma problematização a partir dos filmes “Uma Cidade sem Passado (1990)”, tendo como base os textos de Peter Burke (1992) e Phillippe Joutard (2005), e “História Oficial (1995), usando os conceitos de Memória, Silêncio e Esquecimento, de Pollack (1989).

Em “Uma cidade sem Passado”, filme baseado em fatos reais, a personagem Sonja começa a fazer um projeto na escola com o tema Minha Escola no Terceiro Reich e descobre que a cidade foi essencial para a ascensão de Hitler, o que é escondido pela população. No livro de Burke (1992), o crítico literário Stanley Fish cunhou a expressão “comunidades interpretativas”, pela qual cabe perguntar: quem quer que se lembre o quê e porquê? Que versão do passado se registra e se preserva?

O filme se passa em uma pequena cidade alemã e se encaixa nesses questionamentos. A memória individual esqueceu seu passado de colaboração com as ideias nazistas? Ou a memória coletiva seria uma construção e esse coletivo estaria preservando seus indivíduos ao negar e esconder documentos sobre a colaboração com o nazismo?

Philippe Joutard (2005) afirma, no seu texto “História e Memória”, que ambas têm algo em comum: a representação do que foi e não é mais. No presente, o papel da personagem Sonja não é somente recuperar o passado através de documentos que comprovem a colaboração e a perseguição aos judeus, assim como não é o papel da História estabelecer julgamentos, mas expor o passado o mais próximo do que ele foi. No caso da cidade, alguns colaboraram com o nazismo e, inclusive, fizeram parte dele e tiveram responsabilidade nas decisões que afetaram as pessoas e a comunidade.



Nessa recuperação do passado, Sonja busca os depoimentos dos acusados, percebendo, também, o esquecimento coletivo, o que nos leva a pensar nos limites da História oral. Por isso, a personagem recorre às leis, consulta registros oficiais para que eles também pudessem, de certa forma, falar e os fragmentos de reminiscências pudessem ser conectados, buscando se aproximar dos fatos como ocorreram. O que se vê por meio do enredo são as disputas de memória entre a História e a comunidade e emerge a informação, por meio dos documentos oficiais, de que uma empresa que dominou economicamente a cidade se aproveitou dos anos do nazismo para prosperar.

Como alerta Joutard, o Estado é sempre determinante na formação da memória, inclusive em seduzir com honrarias, como no caso do filme, para que se limitem as pesquisas nos arquivos, tornando-a um monumento (uma imagem), ou seja, uma História oficial, que não transpõe os limites de fazer a crítica à memória individual e coletiva.

Já o filme “História Oficial” trabalha com a noção de memória individual. O enredo se passa na década de 1980, na Argentina, onde a personagem Alicia, uma professora de História, está completamente alheia à realidade da ditadura argentina. Ela só começa a se dar conta dos acontecimentos recentes quando reencontra uma velha amiga que acaba de voltar do exílio e desperta nela o desejo por encontrar respostas sobre a misteriosa origem de sua filha.

Em um primeiro momento, Alicia prefere o silenciamento do passado político da ditadura em seu país, cumprindo o programa de sua disciplina, em aulas expositivas, sem falar sobre a ditadura, mesmo tendo consciência dela. Na medida em que sua amiga relata a violência dos agentes do Estado em sua prisão, Alicia vai mudando sua forma de entender os processos violentos aos quais o país foi submetido, percebendo a narrativa oficial do Estado representado nos personagens do general, do empresário americano e de seu marido empresário, que financiou a repressão política do Estado e de seus agentes.

Esses personagens representam o apagamento da memória, e, ao mesmo tempo, os resquícios do passado ditatorial, envolvidos em assassinatos e desvios de dinheiro público. Percebe-se isso no confronto entre Alicia, seu marido e seu pai em relação ao enriquecimento da família devido à ditadura. São expostas disputas de memórias sobre o passado comum a todos.

O choque mais evidente entre o silenciamento e o esquecimento se dá no momento em que Alicia vai se confessar e o padre (simbolizando a omissão por uma

parte da Igreja Católica sobre o que acontecia nos porões da ditadura) sugere que ela esqueça, porque o passado não pode ser mais mudado. Porém, as memórias subterrâneas afloram nas manifestações das mães da “Praça de Maio”, que exigem que os desaparecidos apareçam, e os filhos destes também. Aos poucos, Alicia percebe que sua própria filha poderia ser filha de um desses desaparecidos.

Voltando à ditadura no Brasil, segundo Beatriz Sarlo, “o passado sempre é conflituoso. A ele se referem, em concorrência, a memória e a História” (SARLO, 2007, p.9), e essa disputa em relação ao passado e suas memórias traz consigo apagamentos, recordações, lembranças que podem compor um conjunto de suportes que permanecem nos espaços de passagem da multidão como memórias. O passado ditatorial não foi devidamente exposto e sofreu acomodações, sem rupturas profundas e necessárias. E “pensar que poderia existir um entendimento fácil entre essas perspectivas sobre o passado é um desejo ou lugar-comum” (SARLO, 2007, p.9), pois esse passado é composto por memórias que o representam no presente, em diferentes suportes, em uma memória coletiva.

Segundo Davallon, “o caráter paradoxal da memória coletiva: sua capacidade de conservar o passado e sua fragilidade devido ao fato de que o que é vivo na consciência do grupo desaparecerá com os membros deste último” (DAVALLON, 2015, p.23). Mas isso não aconteceu com a memória da ditadura brasileira, porque podemos contrapor o fato “de que a memória experimental das testemunhas da época, caso não se deva perder no futuro, deve traduzir-se em uma memória cultural da posteridade” (ASSMANN, 2011, p.19), e essa memória cultural depende fundamentalmente de suportes de memória e de políticas que os mantenham e não os contraponham com seu passado.

A memória é uma força “imane, com uma energia com leis próprias” (ASSMANN, 2011, p.35) que necessariamente não estão sujeitas aos fatos históricos, pois podem sofrer processos de bloqueios e impedimentos por políticas de Estado que impeçam de representarem o que são. Um exemplo disso pode ser o monumento criado pelo arquiteto Oscar Niemayer para homenagear o trabalhador assassinado e as vítimas do latifúndio, quando trabalhadores sem-terra foram atacados pela Polícia Militar do Estado do Paraná, no quilômetro 108, da rodovia federal 277, quando trabalhadores do Movimento Sem Terra se dirigiam à capital para participar da marcha pela Reforma Agrária, no 1º de maio de 2000<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Na ocasião, cerca de 50 ônibus com mais de dois mil integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) seguiam para a capital, rumo à Marcha pela Reforma Agrária, organizada

**Figura 1 - Foto Monumento a Antônio Tavares**



Fonte: Brasil de Fato

Apesar de ser um monumento construído depois da Ditadura, a violência cometida pelo Estado está permeada da memória da repressão e violência do período ditatorial. “Nesse sentido essa ação repressora é um “sémioforo”, ou seja, em um símbolo visível de algo invisível e impalpável, como o passado” (ASSMANN, 2007, p.27) e a memória que o sustenta, a “memória cultural, tem como seu núcleo antropológico a memorização dos mortos” (ASSMANN, 2007, p.37). E o monumento é essa memorização para que sempre seja lembrado o ato violento pelos órgãos de repressão do Estado, nesse caso, a Polícia Militar do Paraná, que resultou na morte de um trabalhador sem-terra, Antônio Tavares, e em outros feridos.

A ação só foi possível porque a memória da ditadura se constituiu numa memória traumática<sup>3</sup>, pois se deu o silenciamento do passado, com a Anistia Ampla Geral e Irrestrita, que equiparou algozes e vítimas. Os arquivos dos aparelhos repressivos do Estado, na sua totalidade, nunca foram abertos, e os dos DOI-CODI

---

em comemoração ao 1º de Maio – Dia dos Trabalhadores e das Trabalhadoras. Os policiais bloquearam a pista e impediram comboio de seguir viagem, no trecho entre as cidades de Campo Largo e Curitiba. Antes de haver qualquer tipo de negociação, agentes da PM atiraram em direção aos trabalhadores. Antônio Tavares foi atingido pelo policial militar Joel de Lima Santa Ana, e faleceu no mesmo dia. Acesso 30/05/2025

(<https://www.brasildefato.com.br/2020/05/02/assassinato-do-campones-antonio-tavares-pela-pm-do-parana-completa-20-anos/>)

<sup>3</sup> Trauma aqui entendido como uma inscrição corporal que permanece inacessível à “transcodificação em linguagem e reflexão e, portanto, não pode ganhar o status de recordação (Assmann, 2007, p.297).”

desapareceram, pois “não há poder político sem o controle sobre os arquivos, sem o controle sobre a memória, controle de arquivo é controle da memória” (ASSMANN, 2007, p.368).

A memória dos atos violentos da repressão ditatorial contra as liberdades individuais e coletivas não deve se confundir com amnésia, pois “amnésia é um esquecimento sem forma, inconsciente e incompleto; anistia, ao contrário, é um esquecimento voluntário, uma de autofixação e limitação do discurso, que toma determinados estados de coisas e os expulsa da circulação social” (ASSMANN, 2007, p.379). A amnésia que se sedimentou com o processo que levou à pós-anistia acabou por permitir que a violência contra os movimentos sociais não se interrompa.

Paul Ricoeur explora o conceito de “memória impedida” como um obstáculo para a recordação e o acesso ao passado, especialmente em contextos coletivos marcados por traumas e violências. Assim foi com o golpe civil militar, que impôs a violência simbólica e física como forma de manutenção, nos períodos mais violentos da decretação do Ato Institucional 5, em 1968, até a anistia, em 1979.

A anistia foi negociada pelas forças políticas opositoras que lutavam para o fim do regime ditatorial e, ao mesmo tempo, foi imposta por setores militares que reconheciam o desgaste do regime militar, assim como, também, a necessidade de preservar os agentes do Estado que cometeram atos ilegais a serviço dos aparelhos repressivo. A anistia como perdão “amplo, geral e irrestrito”, como esquecimento, resultou em processos de esquecimento manipulados ou impostos, que impediram a elaboração do luto e a busca pela justiça.

Então, pensar a memória do período ditatorial é pensá-la como um acomodamento, e é necessário “fundar um presente em relação com um passado. A relação com esse passado não é diretamente pessoal, em termos de família e pertencimento, mas se dá através do público e da memória coletiva” (SARLO, 2007, p.97). É necessário “arrancar a tradição do conformismo” (BENJAMIN, 1993, p.224) para que o presente não seja apenas recordação do passado ditatorial, mas que os “mortos acordem” (BENJAMIN, 1996, p.226) e suas memórias se expressem nos suportes e desconstruam os suportes de memória da ditadura, na compreensão de que “aquele que observa uma imagem desenvolve uma atividade de produção de significação” (DAVALLON, 2015, p.26).

Assim, Memória e a História, retomando Le Goff, independem do tempo, como no quadro de Salvador Dali, “A Persistência da Memória”<sup>4</sup>.

**Figura 2 - A Persistência da Memória (1931)**



Fonte: Museu de Arte Moderna (MoMa), Nova York

O tempo não é medido por instrumentos, nem é linear, mas construído por percepções individuais e coletivas, e a memória é fundamental para a percepção desses tempos. Então, a desconstrução dos suportes de memória da ditadura civil militar é fundamental para que se possa fortalecer a Democracia e garantir, parafraseando Benjamin, que os mortos estejam seguros. A memória é uma construção política, assim como a “História é sempre contemporânea, ou seja, ela é sempre política”,<sup>5</sup> ambas são contemporâneas e políticas e as disputas de Memória e História da Ditadura brasileira se fazem presentes e continuam abertas.

## 2.2 Suportes da Memória

---

<sup>4</sup> A Persistência da Memória é um quadro do pintor surrealista Salvador Dalí. A tela foi produzida em 1931 em menos de cinco horas e tem dimensões pequenas (24cm x 33cm). A obra, feita com a técnica de óleo sobre tela, está exposta no Museu de Arte Moderna (MoMa), em Nova York, desde 1934.

<sup>5</sup> TRAVERSO, Enzo. Le passé, mode d'emploi: histoire, mémoire, politique. Paris: La Fabrique, 2005. O autor discute, entre outras obras, as de Paul Ricoeur e Walter Benjamin.

Recorrendo à definição de suporte trazida pela Linguística, compreende-se o termo como um “*locus* físico ou virtual que ancora, fixa um texto”<sup>6</sup> (MARCUSCH, 2003), seja ele verbal ou não verbal. Pode ser chamado, também, de portador de texto, este, concebido como discurso, ou seja, materialidade (verbal ou não verbal) histórica e socialmente determinada, em um processo dialógico constituído por intencionalidades.

O suporte não é apenas local em que se aporta o texto, mas é, também, elemento da constituição discursiva. Em outras palavras, o suporte não é neutro, assim como não é neutra a escolha de onde veiculá-lo. Ao serem localizados em locais públicos e socialmente prestigiados tal como praças, escolas, ruas, os suportes de memória da ditadura brasileira são legitimados, pois os próprios locais são referências de verdade e consenso, parte do cotidiano social e urbano, sendo pontos de referência que naturalizam a ditadura sem ligá-la à tortura e à violência, ao contrário, enaltecem seus protagonistas.

---

<sup>6</sup> Texto, em essência, trata-se de um evento comunicativo em que aspectos linguísticos, sociais e cognitivos estão envolvidos.



### 3 MEMÓRIA DO GOLPE CIVIL MILITAR DE 1964 NO BRASIL

A análise dos suportes de memória que mantém a ditadura brasileira na memória objetiva e subjetiva da população brasileira e curitibana requer que seja melhor conhecido e problematizado o golpe civil militar e empresarial<sup>7</sup> de 1964, pois quem pretende desvelar as intenções ideológicas contidas em nomes de rua, escolas, bustos, entre outros suportes de memória precisa se aprofundar para além dos fatos, mas buscar os contextos históricos que possibilitaram o golpe no Brasil. Além disso, é necessário compreender que a História nacional e local não podem ser dissociadas.

O golpe civil militar não foi um movimento que começou a 31 de março com o levante de tropas do general Olympio Mourão Filho, comandante da 4ª região Militar e da 4ª Divisão de Infantaria do I Exército, sediadas, em Juiz de Fora, Minas Gerais. Ele era “um oficial aventureiro e arrivista à procura de uma crise que lhe servisse de escada para emplacar suas ambições de poder” (STARLING, 2024, p.1). Essa ambição acabou precipitando o golpe, mas ele seria dado com ou sem Mourão.

Pode-se dizer que o golpe de 1964 foi motivado por uma crise, ou melhor, crises, que possuem vetores militar, econômico, social, ideológico e a disputa do poder da época, mas também vem respaldado pela sociedade civil que, desde o processo que levou à Proclamação da República (1889), majoritariamente conduzido pelos militares da época, gerou uma concepção de que a presença dos militares poderia tutelar o país<sup>8</sup>. Essa concepção continuará durante todo o século XX e permanece no século XXI, presente, inclusive, na Constituição Cidadã<sup>9</sup>, de 1988; o

---

<sup>7</sup> A participação de empresários nacionais e estrangeiros foi constante e quase sempre decisiva. E isso desde as vésperas do golpe, quando o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) lançou vasta campanha difamatória contra o governo de Jango e todas as organizações de esquerda associando-as ao comunismo. Essa organização constituída em 1961, manteve-se atuante até o governo Médici. A parceria entre os interesses públicos e privados também foi decisiva na montagem dos aparelhos repressivos Brasil afora, inclusive nos grandes centros urbanos. Em São Paulo, quando o 2º Exército começou a estruturar a sede do Destacamento de Operações de Informações (DOI), não faltaram contribuições do meio empresarial, do fornecimento de marmitas ao empréstimo de veículos para transporte sigiloso de presos, como fez o jornal Folha de São Paulo (...) a federação das Indústrias do estado de São Paulo (FIESP) se colocou à disposição dos militares do 2º Exército, reunindo doações de empresários a fim de formar caixa para manutenção da máquina repressiva de combate a luta armada. (FERREIRA, 2019, p.10)

<sup>8</sup> Essa concepção se ampliou com a derrubada da Monarquia e o exílio de D. Pedro II, quando no campo de Santana, no Rio de Janeiro, Marechal Deodoro da Fonseca proclamou a República, ressaltando a importância militar, como bem se percebe no quadro do paulista, Benedito Calixto, de 1893, que retrata esse evento praticamente sem a participação popular.

<sup>9</sup> A Constituição Cidadã, promulgada pelo presidente da Assembleia Nacional Constituinte ANC, o deputado federal Ulysses Guimarães, ficou conhecida dessa forma por ampliar direitos essenciais à

Artigo 14 contém a definição das Forças Armadas como instituição nacional permanente, destinada a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, mesmo que essa intervenção interna seja através de um decreto presidencial, pairando a espada de Dâmocles<sup>10</sup> sobre a sociedade civil.

A grave crise econômica que enfrentava o Brasil no início dos anos de 1960 foi decorrente de vários fatores, entre eles a industrialização tardia, iniciada no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), quando a migração das áreas rurais foi aumentando com as pessoas em busca dos empregos oferecidos nos centros industriais urbanos, notadamente em São Paulo, sem, contudo, serem resolvidos os graves conflitos rurais de posse da terra, os incentivos fiscais, a infra-estrutura básica. Esse contexto possibilita o desenvolvimento, mas também agrava o endividamento do país, a concentração urbana, expulsando os mais pobres para as franjas da cidade, aumentando as desigualdades sociais e políticas e perpassaram toda a metade do século XX e permanecem até o presente.

No dizer de Starling, “estavam acesos havia bom tempo os sinalizadores-padrão de que algo poderia dar errado, virar força social e ser usado politicamente contra a democracia” (STARLING, 2024, p.2) e será no discurso articulado por setores de extrema direita, anticomunistas, liberais, que o país caminhava para o comunismo, e o governo de João Goulart, Jango (iniciado em 1961), não tinha condições mais de governar:

Uma situação de polarização ideológica corroía os partidos, inviabilizando negociações e coalizações legislativas. A radicalização se acirrou na sociedade, criando uma atmosfera de medo, desconfiança mútua e intolerância. A contínua troca de ministros e dirigentes de órgãos estatais – a maior taxa de rotatividade de equipe governamental ocorrida no país após 1946 – revelava a condição de desequilíbrio do sistema político. O poder Executivo tornou-se incapaz de produzir decisões operacionais sobre as questões mais urgentes na época. (STARLING, 2024, p.2)

Essa polarização não se restringiu somente ao campo ideológico, mas, também, se inseriu no confronto entre EUA e URSS, na América Latina, depois que a Revolução Cubana foi declarada socialista, em 1961. O governo de Jango ficou no olho do furacão, ou seja, o governo americano, sem desfaçatez, intervinha no Brasil,

---

sociedade. Em seu Art. 5º, a Constituição garante igualdade de todos perante a lei e a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

<sup>10</sup>Dâmocles, um cortesão que admirava o poder de Dionísio, pediu para experimentar ser rei por um dia. Dionísio, para mostrar a Dâmocles a carga e a insegurança que acompanha o poder, aceitou o pedido. Durante um banquete, Dionísio pendurou uma espada afiada acima da cabeça de Dâmocles, suspensa por um único fio de cabelo. Ou seja, a sempre inconstância de a espada se desprender e cortar-lhe a cabeça.



financiando movimentos sociais, sindicais, estudantis, partidos políticos, governadores que visassem à derrubada do governo de João Goulart. Um desses governadores foi o do Estado de Minas Gerais, Magalhães Pinto, que pretendia decretar “estado de beligerância” <sup>11</sup> para conseguir o reconhecimento e suporte externos para envio de armas e apoio logístico.

O golpe foi articulado por diferentes frentes de oposição, com o aval da grande mídia, como a Folha de São Paulo, declaradamente apoiando a deposição do governo legitimamente eleito<sup>12</sup>. O apoio empresarial também foi fundamental, financiando grupos paramilitares e a aquisição de armamentos em praticamente todo o território nacional.

Esses grupos tinham objetivos em comum e faziam atentados contra sindicatos, entidades estudantis, organizações de camponeses. No “Paraná, entrou em atividade, ainda em 1963, a facção paramilitar da organização Paranaense Anticomunista (OPAC); já em Alagoas, uma milícia treinada para sabotagem e guerrilha estava atuando sob supervisão direta do coronel João Mendonça, Secretário de Segurança do Estado” (STARLING, 2024,44); promoveram, também, a confecção de armamentos; como cita Starting, “o diretor da escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Joaquim Marcello Klein Teixeira, fez que não viu e uma grande quantidade de granadas de mão foi fabricada nos galpões das oficinas Christiano Ottoni, onde funcionavam os laboratórios da escola e aconteciam as aulas práticas” (STARLING, 2024, p. 44).

Assim, vários fatores contribuíram para o desfecho do golpe do dia 31 de março de 1964, sendo a somatória de contradições dentro e fora do governo de João Goulart. E, se a tentativa de golpe articulada em 1954 contra o governo de Getúlio Vargas acabou levando o presidente ao suicídio, e, com isto temporariamente o desarticulou, em 1964 as condições históricas estavam dadas. Segundo Marx, no 18º Brumário de Luiz Bonaparte, a História não se repete; ela se dá “Primeiro como tragédia, e depois como farsa”. E a farsa foi instituída com a propaganda do governo de Jango ser comunista, ou estar levando o país ao comunismo, ou à destruição dos valores tradicionais e cristãos de família,

---

<sup>11</sup> Reivindicar o controle integral do território mineiro para instalar um aparato de poder e gestão, e um comando bélico. (STARLING, 2024, p.3)

<sup>12</sup> “Em 27 de março de 1964, a Folha de São Paulo desensarilhava as suas armas para o combate final: “ até quando as forças responsáveis desde país, as que encarnam os ideais e os princípios da democracia, assistirão passivamente ao sistemático, obstinado e agora claramente declarado empenho capitaneado pelo presidente da República de destruir as instituições democráticas” (SILVA, 2014,p.36).

propriedade, de incentivar a violência contra os proprietários rurais, de “cubanização”<sup>13</sup>, de pretender permanecer no poder através de um “coup de main”<sup>14</sup>. Foram fatores importantes para o golpe porque “mesmo quem não ouve vê a imagem, mesmo quem não sabe ler sente a imagem” (STARGLING, 2024, p. 78).

Dizer que o golpe civil militar de 1964 se deu pelo anticomunismo é apenas parte da explicação, mesmo que muito importante. Por isso, é necessário compreender o pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a bipolarização entre a política externa norte americano e suas áreas de influência se chocando com a política externa da ex-URSS e as áreas de desta. Utilizando-se de suportes de memórias, de símbolos produzidos ao longo do século XX que expressam o perigo do comunismo sempre constante, essa ideia foi construída e permanece ainda no imaginário social e político do Brasil.

A tentativa de desestabilização foi se intensificando em 1962/1963, culminado com o golpe 1964, iniciado com a movimentação das tropas do exército em Minas Gerais, sob o comando do general Olympio Mourão Filho, o mesmo que, em 1935, elaborou um plano fictício de tomada do o poder pelos comunistas que entrou na História como Plano Cohen<sup>15</sup>.

Também foram motivos do golpe as Reformas de Base propostas pelo governo de João Goulart e que, pela propaganda anticomunista, eram difundidas como radicais, como se pode ver no discurso a seguir:

Agora é a nação toda de pé, para defender as suas forças armadas, a fim de que estas continuem a defendê-las dos ataques e das insídias comunistas. Nesse grave momento de História, quando os brasileiros, patriotas e democratas, veem que não é mais possível contemporizar com a subversão, pois a subversão partindo do governo fatalmente conduziria ao “Putsch” e à entrega do país aos vermelhos, elevemos a Deus o nosso pensamento, pedindo-lhe que proteja esta pátria cristã, que a salve da guerra fratricida e que a livre da escravidão comuno-fidelista. (MOTTA, 2021, p.20-21)

---

<sup>13</sup>O termo “cubanização do Brasil” foi usado durante o governo de João Goulart (1961-1964) para descrever a ideia de que o Brasil, ou partes dele, poderiam se tornar semelhantes a Cuba, ou seja, com um sistema socialista. Essa noção estava associada a um debate intenso na sociedade e na imprensa, e foi utilizada como justificativa para o golpe militar de 1964

<sup>14</sup>Um golpe de mão é um termo francês que se traduz como “golpe de mão”. Na terminologia militar, refere-se a um ataque ou operação repentina e rápida, projetada para alcançar uma vitória rápida ou obter vantagem sobre um oponente. Frequentemente envolve surpresa e ação decisiva, tipicamente executada com uma força pequena contra uma maior, capitalizando o elemento surpresa.

<sup>15</sup> Plano Cohen, por exemplo, é definido como uma conspiração judaico-comunista, reproduzindo ideias comuns aos integralista. (PRIORE, VENÂNCIO, 2016, p.253)

Essas ideias expressavam a difusão do medo em relação ao complot comunista, buscando na formação religiosa a justificativa para combater todas as reformas e iniciativas que visassem diminuir o antagonismo social brasileiro e suas mazelas sociais. Por exemplo, a tímida proposta de Reforma Agrária nas margens das rodovias federais incitou no campo político ideológico, desde setores de centro até de direita, a propagandear que o objetivo de coletivização das terras era impor a coletivização, nos moldes da Revolução Russa de Outubro de 1917, o que influenciou praticamente toda a segunda metade do século XX.

Dessa maneira, os suportes de memória da Revolução Russa foram largamente utilizados por opositores do governo de João Goulart, tanto de centro direita como a extrema direita, para inviabilizar as Reformas de Base. Para qualquer iniciativa de mudanças sociais, a oposição ao governo de Jango se utilizava de uma narrativa anticomunista, construída no Brasil desde o governo de Getúlio Vargas, quando, em 1935, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) liderou uma insurreição armada contra o governo. A liderança da ALN tinha comunistas, mas contava com opositores ao governo não comunistas também, sendo derrotada, sendo que a narrativa oficial difundiu o fato nos meios de comunicação como Intentona Comunista.

Esse fato histórico permitiu que a propaganda oficial se solidificasse no imaginário social e político, “os vermelhos foram representados por seus inimigos sempre na qualidade de personagens nefastos, violentos, ateus, imorais (amorais), estrangeiros, traidores, tirânicos etc., nas versões mais extremas, foram apresentados como parceiros do próprio diabo” (MOTTA, 2012, p.222-23).

Outra forma de construção e sedimentação da ameaça comunista foi por meio das representações religiosas tradicionais as suas sustentações, sendo a figura cristã do diabo associada ao comunista, ambos portadores de todos os males que atingem não somente o Brasil, mas o mundo ocidental e cristão.

A esse anticomunismo visceral, se somaram o combate à corrupção e à anarquia militar, essas tensões geradas e propagandeadas pelas mídias daquele momento, que acabaram por tencionar ainda mais o tecido social brasileiro, permeando praticamente todos os movimentos sociais, principalmente o movimento estudantil, o sindical urbano e rural e os quadros subalternos das forças armadas especialmente soldados, cabos e sargentos. Tensões essas que também se refletiam nas disputas eleitorais, porque os candidatos que concorreriam na oposição, “receberam bastante dinheiro para suas campanhas. O embaixador norte-

americano, anos depois, admitiu ter liberado US\$ 5 milhões” (FICO 2014, p.32). Essas interferências do governo americano se inserem como um dos momentos de maior enfrentamento entre os dois Blocos de representação do Capitalismo, Estados Unidos, e Comunismo, União Soviética.

Uma dessas tensões nas forças armadas se deu na formação de sindicatos de praças, cabos e sargentos, proibidos pelos estatutos militares, na chamada Rebelião de Marinheiros, entre os dias 25 e 27 de março, quando foi convocada uma assembleia “pela Associação de Marinheiros e Fuzileiros navais, (...) para comemorar seu segundo aniversário e protestar contra a prisão de alguns companheiros por motivos políticos” (MOTTA, 2021, p.33), e tomada pela oficialidade como a quebra de hierarquia.

Esse impasse entre os rebelados e a autoridade hierárquica disciplinar do comando da Marinha, representado pelo Ministro, acabou levando a sua queda e substituição pelo almirante Cândido Aragão, apelidado pelos marujos de Almirante Vermelho, por apoiar a Rebelião. Isso alimentou o discurso anticomunista nas forças armadas, especialmente na Marinha, e a Rebelião dos Marinheiros “foi interpretada como prenúncio de uma revolução e toscamente comparada com a revolta do Encouraçado Potemkin” <sup>16</sup> (MOTTA, 2021, p. 34).

O período entre 1963-1964 foi tensionado, também, pelo contexto externo na Ásia, com o confronto entre Estados Unidos e o Vietnã, sendo que os Estados Unidos intervieram no Vietnã, outrora colônia francesa, logo após a derrota da França pelos partidários de Ho Chi Minh, dentro da lógica da Guerra Fria.

O apoio do governo Norte Americano foi o aval final para que os militares intervissem, em nome da segurança, contra a ameaça comunista em nome da família da tradição e da propriedade<sup>17</sup>, como se pode perceber na fala do General Castelo Branco:

Soldados verdadeiramente democratas estamos vivamente empenhados numa vigorosa ação de vigilância e determinados a reprimir, com sacrifício da própria vida, quaisquer tentativas de implantação de um regime de força no país: comunista, sindical - comunista, castrista, “nacionalista” ou fascistoide com essa finalidade e para que possa haver uma ação conjunta

---

<sup>16</sup> Navio de guerra russo que em 1905 não cumpriu as ordens do Czar Nicolau II em bombardear a cidade São Petersburg.

<sup>17</sup> Marchas da família com Deus pela Liberdade, que levaram milhares de pessoas às ruas de algumas cidades brasileiras com bandeiras conservadoras e anticomunistas. (Sá Motta, 2021. p.126)

e eficiente procuramos agora ultimar criterioso levantamento dos meios com que poderemos contar na hora decisiva, se a tanto nos conduzirem as ambições, a concupiscência de outros, a insensatez e a irresponsabilidade de muitos. (FICO, 2014.p.55)

Outro acontecimento do período foi a Revolução Cubana, que incitou a simpatia pelo movimento revolucionário na juventude latino-americana, especialmente na brasileira, tendo como principais apoiadores os estudantes:

Animados pela Revolução Cubana, tomada como exemplo de sucesso em termos de estratégia centrada na luta armas, amplos setores da esquerda latino-americana tomaram como caminho essa última opção. (AYERLE, 2004, p.17)

Serão esses mesmos estudantes e uma parte da oposição que, depois do golpe de 1964, fizeram a resistência armada à ditadura, ampliada com a promulgação do Ato Institucional número 5, que permitiu, inclusive, o uso da tortura, o desaparecimento de opositores como política de repressão do Estado, utilizando do movimento guerrilheiro para impor uma maior repressão, uma vez que:

As guerrilhas foram usadas como desculpa para o incremento do regime autoritário, que já tinha os elementos necessários para derrotá-las. As organizações armadas eram pequenas e não contavam com apoio popular relevante, o que tornava seu crescimento e sucesso impossíveis. (SÁ MOTTA, 2023, p.193)

A repressão atingiu toda oposição à ditadura, inclusive liberais que a defendiam no início, mas sofreram perseguições políticas, prisões arbitrárias, e violência física e simbólica. O AI-5 foi o marco divisor entre uma ditadura que aparentemente deixar transparecer a ideia de respeito às instituições democráticas, mas não poupou ninguém, nem mesmo aqueles que não aderiram à luta armada, como religiosos, sindicalistas, estudantes, políticos.

Nos primeiros momentos, o golpe buscou legitimar-se perante uma parte da sociedade, que se sentiu ameaçada pela propaganda anticomunista veiculada pelos meios de comunicação de massa, especialmente o rádio, que associava a corrupção aos comunistas e à fantasiosa república sindicalista. O suporte civil veio de empresários nacionais e multinacionais, latifundiários, parte de setores da classe média, da grande imprensa, de instituições religiosas e profissionais liberais, e até de alguns trabalhadores, assim como do “apoio da maior parte dos integrantes de partidos legais, que, por isso, continuaram em atividade até outubro de 1965” (RIDENTI, 2014, p.31).

Porém, depois de promulgado o AI-5, parte desse apoio se rompeu, acirrando-se mais a repressão, que passou a usar de métodos cada vez mais violentos contra qualquer oposição ao governo militar, sendo a tortura um instrumento de uso do Estado de exceção, assim como prisões arbitrárias e ilegais, sem mandatos expedidos por juízes, sem direito ao *Habeas Corpus*, entre outros direitos básicos de cidadania. Os representantes da ditadura passaram a agir em conformidade com as diretrizes do Estado ditatorial, como a Delegacia de Ordem Social e Política, DOPS, ou os aparatos repressivos, o Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) e a OBAN, Operação Bandeirante.

Quanto à tortura, ela foi utilizada pelos órgãos do Estado como instrumento metódico de impor a dor, o medo aos que eram considerados inimigos. Um exemplo disso foi o uso de uma construção de 1854, o Presídio Tiradentes, que, nos anos da ditadura foi utilizado como prisão política, até a sua demolição em 1973:

Para servir de alojamento aos escravos que chegavam a São Paulo – antes de serem vendidos; lá ficavam presos nos grilhões. Depois se tornou também prisão dos escravos foragidos recapturados ou que tivessem cometido algum crime. (ESTEVÃO, 202, p.61)

Ainda como ressalta Estevão, “não deixa de ser interessante, e também irônico ter existido no Brasil um presídio como o nome de Tiradentes” (ESTEVÃO, 2021, p.61), uma vez considerado pelo próprio exército mártir da independência do Brasil, sendo sua imagem usada em larga escala pela República desde 1889.

Nesse presídio, onde outrora os negros eram colocados a grilhões e espancados pelos capitães do mato<sup>18</sup>, durante a ditadura foi usado por Brilhante Ustra<sup>19</sup>, comandante da Oban e depois do DOI-CODI, para execução de barbaridades. Uma presa política contou que “o major Brilhante Ustra entrou na sala, olhou para mim e disse que eu era muito magra, devia ser muito fraca, não resistiria e era melhor me tirar do pau de arara”<sup>20</sup> (ESTEVÃO, 2021, p.46).

---

<sup>18</sup> O Capitão do mato era conhecido também como capitão-de-assalto-e-entrada, entre outros termos. Sua principal função era a de caçar gente, principalmente escravos fugidos das fazendas e minas pertencentes a seus senhores

<sup>19</sup> Major do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra que foi comandante do DOI-CODI do II Exército sediado no Estado de São Paulo. Que durante as torturas no DOI CODI usava o codinome de Dr. Tibiriçá., citado no livro de Vieira, p.217.

<sup>20</sup> O pau de arara é uma trave de madeira que, apoiada sobre dois cavaletes, cadeiras ou mesas, comporta uma pessoa pendurada nela, amarrada pelos pés e pelas mãos. A pessoa tortura fica de cabeça para baixo, com a genitália exposta. As dores começam pelos pulsos, pelas pernas e pelos calcanhares, que têm a circulação sanguínea cortada; depois vêm os choques elétricos e os banhos de água fria. A intensidade da dor aumenta, pois, o corpo estremece. (Essevão, 2021, p.45-46)

No Presídio Tiradentes e em outros presídios, a tortura foi utilizada contra os presos políticos e os presos comuns, sendo essa uma política de Estado. E sempre foi mais incisiva contra a mulher nas lutas políticas e sociais, independentemente da posição ideológica partidária, uma vez que tanto a direita quanto a esquerda, se outrora essa designação estava vinculada a partir da Revolução Francesa, que “serviu para dividir o universo político em duas partes opostas, não tem mais nenhuma razão para ser utilizada” (BOBBIO, 1995, p.32).

A esquerda reproduzia a mentalidade machista de se referir à participação feminina nas lutas políticas de enfrentamento da ditadura, como no caso das presas políticas detidas no Presídio Tiradentes, em uma chamada Ala da Torre foi denominada como “a Torre das Donzelas”, nome dado pelos presos políticos da ala masculina, e não pelos agentes da ditadura. (ESTEVÃO, 2021, p.27)

Os movimentos sociais foram reprimidos, e uma nova ordem se instaurou e esse novo “aggiornamento” <sup>21</sup> será constituído por uma nova memória do regime vencedor que se instaura, porque derrubou um governo sindicalista comunista.

Para que o golpe fosse aceito e defendido, foi travada uma disputa entre Memória e História, e a ditadura e seus executores exaltados em suportes de memória em imagens, monumentos, nomes de ruas, placas comemorativas construídas ao longo do período ditatorial com o intuito de construir novas memórias que fizessem alusão a ações governamentais da ditadura, e, ao mesmo tempo, uma embrionária política de Estado do esquecimento, com o enaltecimento de antigas e novas imagens. Segundo Nora:

Longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações. (NORA, 1993. p.9)

O regime inovou no uso da propaganda, que, ao mesmo tempo divulgava os feitos do governo ditatorial e impunha a censura para negar críticas ao governo.

Importante destacar também que se pode dizer que a ditadura não foi derrotada na década de 1980, pois ela mesma impôs a Anistia, reprimiu o movimento operário nas greves de Santo André, São Caetano São Bernardo e Diadema, coração industrial e sindical do Brasil. Por isso, esse passado precisa ser

---

<sup>21</sup> Atualização ou modernização, por exemplo, propôs um *aggiornamento* da teoria.



revisitado, para que se possa arrancar dele a “tradição do conformismo” e, deste, “despertar as centelhas da esperança” (BENJAMIN, 1993, p.224). Sem isso, veremos manifestações de aparente sucesso do golpe, como, por exemplo, na fala do Ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2021, que, às vésperas do primeiro turno das eleições de 2018, quando presidia a Suprema Corte brasileira, afirmou que 1964 deveria ser visto como um movimento e não como um golpe ou uma revolução. (MOTTA, 2021, p.11)

A repressão da ditadura civil militar não ficou apenas no campo sindical, partidário ou dos movimentos sociais e estudantis, mas atingiu também a Universidade, reformulando currículos, extinguindo cursos e desestruturando outros. A reforma do ensino dos anos 1960 e 1970 baseou-se nos termos do novo regime, ou seja, na vinculação entre educação e mercado de trabalho, na modernização de hábitos de consumo, na integração da política educacional aos planos gerais de desenvolvimento baseado na concentração de renda e do capital, na doutrina de segurança nacional, na defesa do Estado ditatorial, “repressão e controle político ideológico da vida intelectual e artística do país” (SHIROMA, MORAES, EVANGELISTA, 2007, p.29). Esse controle político ideológico e educacional das universidades públicas e privadas, no que tange a formação intelectual e política e estética dos estudantes, deveria ser norteado para a formação da chamada mão de obra especializada para o capitalismo.

Para que isso se concretizasse, as reformas deveriam limitar cada vez mais a autonomia universitária, o que era uma das bandeiras de luta das universidades públicas; mas, no caso das universidades públicas, elas passaram a ficar dependentes de atos da presidência da República, tal como as eleições de seus dirigentes, reitores, e diretores de unidades.

O Ato Institucional 05 AI-05 seguido pelo decreto Lei nº 477 no mês de fevereiro de 1969, formalizava o controle ideológico, uma vez que “esse decreto proibia a existência de qualquer tipo de associação de estudantes ou professores, e estabelecia punições sumárias como a imediata expulsão do estabelecimento para quem o infringisse” (ARAÚJO, 2007, p.191). Essa desconstrução da educação avançou com uma série de leis e decretos que, segundo as palavras do então ministro da educação, coronel Jarbas Passarinho, “em vez de elaborar uma única Lei, embora a isso se deva chegar, preferiu-se atuar por aproximações sucessivas com visão clara da unidade de conjunto” (SHIROMA, MORAES, EVANGELISTA,



2007, p.39). Decretos e leis foram promulgados, como a Lei 5.540/68, que reformou o ensino superior, e a Lei 5.692/71, que reformou o ensino de 1º e 2º grau.

A reforma no ensino superior visava criar as “condições para a formação de uma mão de obra qualificada para os escalões mais altos da administração pública e da indústria” (SHIROMA, MORAES, EVANGELISTA, 2007, p.31) que viesse a favorecer os processos de importação de tecnologias que propusessem a modernização da indústria. Já a reforma do ensino de 1º e 2º grau teve um impacto enorme no que tange as disciplinas de conhecimento da formação da área de humanas, sobretudo sobre a disciplina de História.

Aqui cabe um recorte para se entender o impacto dessa mudança da formação acadêmica da disciplina de História, no Brasil, pois ela se formou a partir da consolidação do Estado Imperial, com o Colégio Pedro II sendo um marco importante, em 1837, ao tornar a História disciplina obrigatória. Sua trajetória foi marcada por influências europeias e particularidades locais, como a complexidade da educação brasileira e as disputas por uma educação mais abrangente. A História, inicialmente, servia para formar a identidade nacional e a elite dirigente, mas, com o tempo, passou a ser vista como ferramenta para a formação de cidadãos críticos e conscientes, que percebessem enquanto agentes de sua própria história.

Com as mudanças propostas pelo regime militar, a disciplina de História ministrada da 5ª a 8ª série deixou de existir enquanto disciplina escolar e passou a fazer parte da área de Estudos Sociais, que repartia espaço com a Geografia, Organização Social e Política do Brasil e a Educação Moral e Cívica, em cinco aulas semanais. O ensino de 2º grau, de 3 anos, passou a ter como principal objetivo a formação para o trabalho, com a introdução de disciplinas e atividades voltadas para a preparação para diversas profissões. Com isso, a disciplina de História perdeu a rigorosidade da análise crítica passando a focar na formação para o mercado de trabalho e para o ensino superior. Com a nova disciplina de Estudos Sociais a disciplina de História passou a se concentrar superficialmente na memorização de datas, fatos e acontecimentos históricos; além disso, livros didáticos utilizados nas aulas eram obrigatoriamente os que passavam pelo crivo da censura. O resultado foi um ensino superficial e conteudista. Além disso, as disciplinas de Sociologia e Filosofia foram retiradas da grade curricular do Ensino de 1º e 2º grau.

Ou seja, fez parte do projeto do governo golpista fazer a desconstrução das disciplinas de Humanas e de suas identidades disciplinares. Por isso, pode-se dizer que a “falácia da função profissionalizante da escola trouxe, como uma de suas mais

graves consequências, a desarticulação da já precária escola pública de 2º grau. Um crime cujos efeitos só fizeram se agravar com as políticas educacionais posteriores". (SHIROMA, MORAES, EVANGELISTA, 2007, p.35)

## 4 HISTÓRIA E SUPORTES DA MEMÓRIA DA DITADURA CIVIL MILITAR EM CURITIBA

A repressão na cidade de Curitiba foi igualmente violenta como foi no Brasil como um todo, pois prendeu, torturou presos políticos nos cárceres legais e clandestinos. Alguns desses espaços de tortura já são conhecidos e devem ser preservados em sua íntegra, pois são importantes para o entendimento de como agia a ditadura, mas trata-se de um tema ainda a ser não só aprofundado, mas disseminado entre docentes de História.

As prisões na cidade se estenderam para além da Anistia, em 1979. Por exemplo, os estudantes do Curso de Direito da Universidade Federal do Paraná, Antonio de Andrade e Silva, e Manoel Barbosa Filho, foram presos na Praça Rui Barbosa, acusados de hastear a bandeira do Partido Comunista do Brasil, comemorando seu aniversário de fundação em 25 de março de 1922.<sup>22</sup>

**Figura 3 - Foto estudantes de Direito, UFPR**



FONTE: Jornal Estado do Paraná, 6 de junho de 1982

Além destas prisões o Serviço Nacional de Informações SNI<sup>23</sup> agência de Curitiba, continuava a vigiar os chamados adversários do regime, como o caso de

---

<sup>22</sup> [https://comissaodaverdade.ufpr.br/?page\\_id=311?page\\_id=311](https://comissaodaverdade.ufpr.br/?page_id=311?page_id=311) Acesso 12 de maio 2024.

<sup>23</sup> O SNI foi instituído pela Lei Nº 4.341, de 13 de junho de 1964. Seu Artigo 1º dizia: “É criado, como órgão da Presidência da República, o Serviço Nacional de Informações (SNI), o qual, para os assuntos atinentes à Segurança Nacional, operará também em proveito do Conselho de Segurança Nacional”. Já o Artigo 2º estabelecia suas funções: “O Serviço Nacional de Informações tem por finalidade superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional”. Custodiado pelo

uma reunião realizada em 1983, pelo prefeito Mauricio Fruet, para a designação do Coordenador da Fundação Cultural de Curitiba, Carlos Frederico Marés de Souza Filho, conforme informe 0258<sup>24</sup> de 83. Nesse informe, consta levantamento sobre a vida pessoal e política partidária dos participantes, como a de Glauco Souza Lobo, designado para a função de Diretor Executivo, e de Cláudio Gamas Fajardo para a função Diretor Administrativo e Financeiro.

O referido documento do SNI ainda relata quem estava na reunião de discussão do plano Cultural de Curitiba, reproduz a lista de participantes que redigiram o documento Política de Cultura para o Município de Curitiba. Além disso, o informe da agência do SNI em Curitiba fotocopiou o documento elaborado na reunião bem como recortes de jornais da época, bem como as páginas do Diário Oficial, onde foi publicado.

Outro exemplo é o XX Congresso da União Brasileira de Estudantes Secundaristas UBES<sup>25</sup>, em Curitiba, em janeiro de 1982, realizado na igreja Guadalupe, situada na Praça Senador Correia, atualmente terminal metropolitano Guadalupe, que foi vigiado pela agência do SNI local e do Rio de Janeiro, fazendo um relato minucioso do Congresso, listando desde o número de estudantes presentes, cerca de 3 mil secundaristas de 21 Estados, até a composição da mesa diretora do Congresso, bem como a fala dos representantes de movimentos políticos e entidades presentes. Os relatórios no protocolo 5741<sup>26</sup>, de 8 de janeiro de 1982,

---

Arquivo Nacional, o fundo compreende documentos produzidos pelo SNI e recebidos dos diversos órgãos que compunham o extinto Sistema Nacional de Informações (SISNI), entre eles as unidades de inteligência das Forças Armadas e da Polícia Federal, contendo papéis sobre repressão a organizações de esquerda, anistia, prisões, partidos políticos, movimentos populares, sindicatos, Igreja, universidades e movimento estudantil, asilo político, guerrilha urbana, guerrilha rural, terrorismo, relações internacionais, cassação de mandatos e direitos políticos. Tais documentos podem ser consultados presencialmente ou pela internet, por via do Banco de Dados Memórias Reveladas e do Sistema de Informações do Arquivo Nacional - SIAN.

<https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/centrais-de-conteudo/imagens-e-documentos-do-periodo-de-1964-1985/servico-nacional-de-informacoes-sni>

<sup>24</sup><https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/centrais-de-conteudo/imagens-e-documentos-do-periodo-de-1964-1985/servico-nacional-de-informacoes-sni> acesso 25/11/2024.

<sup>25</sup> Durante o governo de Eurico Gaspar Dutra, em 1948, os secundaristas lideraram a campanha “O Petróleo É Nosso”, que defendia a nacionalização desta riqueza. No rastro do sucesso da campanha, foi organizado o 1º Congresso Nacional dos Estudantes Secundaristas na Casa dos Estudantes, no Rio de Janeiro. O evento marcou a fundação da União Nacional dos Estudantes Secundaristas — UNES, em 25 de julho de 1948, com representantes de praticamente todos os Estados do país, compondo a sua primeira diretoria. A entidade trocava de nome em seu segundo congresso, em 1949, para União Brasileira dos Estudantes Secundaristas — UBES. <https://www.ubes.org.br/memoria/historia/#funda-ubes> acesso 15/09/2024

<sup>26</sup><https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/centrais-de-conteudo/imagens-e-documentos-do-periodo-de-1964-1985/servico-nacional-de-informacoes-sni> acesso 09/08/2024

assinados pelo agente Walter Albuquerque de Castro da agência do SNI do Rio de Janeiro, indicam que o agente veio junto com a delegação de secundaristas do Rio de Janeiro, portanto, que ele deveria ser jovem para se passar por secundarista.

A vigilância se estendeu para além do Congresso, como consta no referido documento, última data de atualização dos dados dos participantes, 26 de maio de 1982, esse assinado por Ricardo da Silva Villela, chefe da SS-750 /ARJ. O movimento estudantil foi vigiado na capital paranaense pela agência local e nacional do SNI, com os mesmos procedimentos e métodos aplicados em outros entes da federação.

Assim, a vigilância, prisão, tortura, intimidação foram na capital do Estado violentas como no restante do país, nesse sentido a ditadura civil militar agiu contra os movimentos sociais em Curitiba conforme seus protocolos e diretrizes nacionais e locais. Porém, o que se vê pela cidade são os portadores de memória que naturalizam a ditadura.

São vários os casos de tortura aos opositores ao governo ditatorial, como se pode ver no relato a seguir:

Já passava da meia-noite quando os monstros me arrancaram da grade e me cercaram para assistir uma seção de tortura. A vítima era o Fagundes<sup>27</sup>. O potiguar se encontrava algemado, completamente sem as dentaduras, com o corpo roxo de hematomas e tremia de frio debaixo de um chuveiro gelado. Baixava sobre um monte de pedrisco que lhe cortava os pés e o sangue tingia a água que escorria para o ralo. Roberto, o torturador gritava: - Quem é o Jonas, desgraçado! Emilio golpeava-o com uma ripa, nas nádegas e ele nada dizia. (VIEIRA, 1991, p.250)

Essas prisões arbitrárias eram o modo operacional das forças de segurança do Estado ditatorial, eram sequestros cometidos sem ordem de prisão, cometidos por agentes não identificados, como foi no caso de Francisco França, Secretário Geral do Partido Comunista Brasileiro, na noite de 20 de setembro de 1975:

Às 22 horas do último sábado da primavera, uma casa modesta de madeira, localizada na calma rua professora Maria de Assumpção, no coração do bairro Boqueirão, foi subitamente cercada. O tempo estava ameno, após um dos invernos mais rigorosos já registrados na região (...) vários policiais vestidos à paisana, com revólveres em punho e metralhadoras portáteis a tiracolo, estavam espalhados pelo quintal e por toda a volta da construção. Viaturas descaracterizadas estavam estacionadas em frente à casa vizinha, onde contavam com a colaboração

---

<sup>27</sup> Codinome do tesoureiro do Partido Comunista Brasileiro, Francisco França.

do proprietário. Os invasores correram para os fundos e, um a um. Foram escalando a cerca de sarrafos e saltando para dentro da residência alvo da investida. Após todos os homens estarem posicionados, o comandante da ação gritou:

- Não adianta! Vamos ficar te esperando até você sair. Vamos só dar um passeio. Sai logo, vai ser melhor pra você. "(MAIOR, 2024, p.396)

O “passeio” ao qual se referia o agente seria “na rua Dr. Pedrosa, na região central da cidade. Era a clínica Marumbi” (MAIOR, 2024, p.397). A Clínica Marumbi<sup>28</sup> era mais um dos centros de tortura clandestinos organizados pelo governo da ditadura. Tais centros, espalhados pelo Brasil, foram possíveis quando a repressão ditatorial organizou o Destacamento de Operações e Informações do Centro de Operações e Defesa Interna (DOI-CODI), órgão subordinado à 2ª seção do Estado Maior do Exército. O DOI-CODI foi a institucionalização da Oban<sup>29</sup>, durante o governo ditatorial de Emílio Garrastazu Médici, criada a partir de diretrizes secretas do Conselho de Segurança Nacional.

A Clínica Marumbi foi um desses centros e era mantida pelo DOI-CODI, em Curitiba, não constando oficialmente, ao contrário de outros lugares que utilizaram órgãos públicos, como o quartel do Regimento Coronel Dulcídio Rua Konrad Adenauer, 1166 Tarumã – Curitiba (MAIOR, 2024, p.405).

Pode-se concluir que a repressão em Curitiba foi violenta, como em todo do território nacional. Mas fica uma possível interrogação: por que a historiografia relacionada à ação da ditadura se concentra mais no eixo Rio, São Paulo Minas

Segundo Conradi:

É difícil especular o ponto de partida desse entendimento, pois nós o encontramos no senso-comum dentro do próprio Estado, bem como na historiografia sobre a ditadura de outros Estados. Por vezes. Os estudos

---

<sup>28</sup> O nome Clínica Marumbi é uma mostra do perverso humor dos torturadores e mandantes. Sob essa denominação, escondia-se um sinistro centro clandestino de tortura. Clandestino, porém em dependências do Exército, que ocupavam quase toda a quadra compreendida entre as ruas Visconde de Guarapuava, Brigadeiro Franco, Dr. Pedrosa e Buenos Aires. Do outro lado da rua, onde é hoje o Shopping Curitiba, ficava o NPOR-Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva. Testemunhas que na época serviam no NPOR contam que os presos ficavam acorrentados às grades das celas e levavam bofetadas dos militares. Para manter a fachada, os torturadores usavam aventais de médicos e obrigavam os presos a chamá-los de “doutor”. A Clínica Marumbi foi utilizada pela repressão particularmente durante a operação do mesmo nome, montada contra o Partido Comunista Brasileiro, e que levou à prisão, no Paraná, de mais de 100 militantes. <https://forumverdade.ufpr.br/caminhosdaresistencia/a-repressao/clinica-marumbi/> acesso 20 de setembro de 2024

<sup>29</sup> <https://memorialdademocracia.com.br/card/nasce-a-oban-braco-da-tortura-em-sp> acesso 24 de outubro de 2024.

sobre a História desse período destacam as mobilizações de resistência que indivíduos impuseram à ditadura, no contexto do eixo Rio-São Paulo. Os estudos produzidos por historiadores/as sobre a ditadura em outros Estados são considerados complementares a essa pretensa História nacional. Em geral, é nessa perspectiva, que a História do Paraná no período é narrada. (CONRADI, 2018, p. 275)

Trata-se, também, de pensar que as ações da ditadura em Curitiba e sua História transitam no senso-comum de uma cidade surgida a partir da presença européia, dita civilizada, e, por conseguinte, que “o Paraná, no entanto, é em geral considerado um Estado de perfil político de direita e conservador, o que teria feito com que se alinhasse ao governo militar desde a instauração do golpe em 1964, sem muita resistência, tanto da esfera governamental quanto da Sociedade Civil” (CONRADI, 2018, p.274).

A população do Paraná é entendida pelo senso comum como “pacata e ordeira” (MAGALHÃES, 2001, p.89), e esta ideia de pacata e ordeira, ou do lema governamental “Paraná aqui se trabalha” acabam influenciando a subjetividade e objetividade social, política, a formação da população Curitiba, fortalecendo o discurso pelo Estado e o pensamento conservador de que, se houve violência, essa foi em menor grau do que a praticada em outros locais do país.

Essas ideias do senso comum não estavam restritas ao pensamento conservador e ao Estado ditatorial, mas “essa percepção é confirmada pela descrição que Teresa Urban, militante política paranaense, faz da capital do Estado em tempos de repressão”, (CONRADI, 2018, p.275), sendo que:

Curitibano é conservador, vive na média: para as garotas minissaia um pouco acima do joelho; para os rapazes, costeletas, sim, mas cabelos longos jamais; resiste a novidades, mas gosta de ouvir dizer que Curitiba é cidade teste dos meios publicitários. Vota na direita, assina manifesto da TFP contra a politização da igreja, lota as missas de domingo, principalmente aquelas com serão bem empolado, casa no mês de maio (CONRADI, 2018, p.275.)

Então, se pode entender que essa concepção de Curitiba conservadora transitava tanto no pensamento conservador quanto no pensamento de oposição à ditadura civil militar, e que a resistência ao regime ditatorial foi quase mínima, referendando a História de que a repressão foi mais branda localmente; “a passividade da população do Paraná, no entanto, pode ser facilmente questionada com uma breve consulta ao acervo da Delegacia de Ordem Política e Social do



Paraná, DOPS- Pr. Nesse acervo há 218 dossiês individuais.” (CONRADI, 2018, p.276)

A ditadura não se sustentou somente na propaganda e na repressão aos “adversários”<sup>30</sup> do regime, mas construiu uma rede de informantes, que relatavam qualquer situação cotidiana, de trabalho, que segundo o informante fosse contra a ordem estabelecida. Essa rede de informantes foi essencial para que os agentes do Estado repressivo tivessem informações de vários locais da cidade de Curitiba e pudessem construir ações que visassem vigiar, e, dependendo do agravante das informações, efetuar as prisões.

A repressão encontra-se num sistema mais amplo, que integra desde os arquitetos dos órgãos repressivos, passando por toda uma rede de apoio e sustentação, até os torturadores em si “(JOFFILY, CHIRIO, 2025, p.50). Essa rede foi composta de informantes na maioria sem vínculos diretos com a repressão ou ligados aos aparelhos repressivos. As cartas enviadas pelos informantes, não se limitavam a informar sobre atividades “subversivas”, mas solicitavam favores para problemas pessoais, familiares, mas, uma vez enviada à Delegacia de Ordem Social e Política, acabavam sendo entendidas e classificadas como questões de ordem ideológica a serem investigadas como possíveis inimigos da ditadura.

Esses informantes representavam uma ampla representação social, e política, desde estudantes, trabalhadores, até diretores de colégio, como o caso do diretor do Colégio Estadual do Paraná, em 1967, Ernani Costa Straub, que enviou ofício ao então diretor do DOPS, Delegado Osias Algauer, relatando que estudantes da Universidade Federal do Paraná estavam distribuindo panfletos de caráter subversivo nas portas de entrada do Colégio Estadual do Paraná (CEP), conclamando os estudantes do CEP a aderirem contra a cobrança de anuidade<sup>31</sup> e solicitando providencias por parte do DOPS.

Estes documentos podem ser encontrados na pasta temáticas do DOPS referente à pasta sobre o Colégio Estadual do Paraná – CEP, e pasta referente aos informantes<sup>32</sup>.

---

<sup>30</sup> Todos que criticavam minimamente o regime autoritário eram considerados ou comunistas, ou subversivos, não importando se tinha ou não participação em organização sindical, estudantil, partidária.

<sup>31</sup> Em 31 de outubro de 1967, o Conselho Universitário da UFPR decidiu que a cobrança de anuidade seria implementada no ano seguinte, começando pelos novos alunos. Este anúncio causou grande comoção entre os estudantes e foi um dos fatores que contribuíram para o aumento da tensão social e das manifestações estudantis na época.

<sup>32</sup> Disponível em: <https://www.administracao.pr.gov.br/ArquivoPublico/Pagina/DOPS-Serie-Pastas-Tematicas-1937-1989>. Acesso 12 de abril de 2025



Figura 4 - Carta de informante A



*Colégio Estadual do Paraná*  
**Estado do Paraná**

M-1

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ

Diretoria  
Of. n.º 562/67.

Curitiba, 22 de novembro de 1967.

072

*1ª S.F.  
Em 24/11/67.  
Gianesqui  
del.*

Assunto: Encaminha exemplar de panfleto concitando estudantes contra as anuidades.

Senhor Delegado:

Cumpre-me passar às suas mãos, para os devidos fins, exemplar de manifesto concitando estudantes a lutarem contra as anuidades, manifesto êsse considerado de caráter subversivo, e distribuído a alunos nos portões dêste Colégio, antes do início das aulas, na manhã do dia 20 do mês em curso.

Aliás, no mencionado dia, os muros externos e paredes internas do Estabelecimento amanhecera com dizeres, a carvão ou lápis, alusivos às anuidades, conclamando a reação dos estudantes.

Aproveito da oportunidade para apresentar a V.Sª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Ernani Costa Straube  
DIRETOR GERAL

Ilmo. Sr.

DR. OSIAS ALGAUER

D.D. DELEGADO DA ORDEM POLÍTICA E SOCIAL

Nesta Capital.

E.C.S./é.

Fonte: Pasta temática do DOPS

### Figura 5 - Carta de informante B

Senhor Delegado,

Permita-me solicitar-lhe algumas informações.

Sou estudante universitário, e - gostaria de ser agente da D.O.P.S.

Como é o que fazer para ser um - membro dessa delegacia especializada?

Desde já agradeço a atenção que V. S. dispensar.

Meu endereço:

Rua Mariano Tôrres, 306  
Apto 4

Cordialmente

Fonte: Pasta temática do DOPS

### Figura 6 - Carta de Informante C

Antônio Carlos Haussien Vulgo Gaudin  
Grupo dos 11  
terroristas fugido de Porto Alegre  
há 1 ano e pouco

Trabalha na gráfica Presidente L.

Rua 7 de Setembro 3596 fundos?  
Curitiba

Fonte: Pasta temática do DOPS

Figura 7 - Carta de informante D

Curitiba, 13 de fevereiro de 1974.

Ilmo. Sr. Delegado da Dops. (Delegacia de Ordem Política e Social), Doutor Ozias Aguiar.

Eu, Lemisio Ernani Müller, brasileiro, solteiro, nascido a 18 de abril de 1946, residente à rua Paula Gomes, nº 224, quarto nº 3, venho solicitar ao Sr., a honra de expor a Vossa Senhoria a dedução minha sobre o que diz respeito a legais zongueiras (Zongueiras queridas, que, de ligação positiva, depois de ter estado lido em jornais e ouvido em rádios, sobre alguns fatos que ocorreram nas fronteiras de nossa Pátria e de que também coríamos perigo de vida, como o terrorismo que estava matando em consequências de maus elementos, e que ~~de zonga legal~~ gostava de usar esses termos que quando iniciado, pois gostava das bolinhas que ganha e comprei de alguns amigos, também destilava e <sup>(1964)</sup> injetava no braço. Bem também em meados de 1969 quando iniciado em maconha, e que do início comprei apresentada por um querido, amado também, amigo meu, o Orlando Marques, que por intermédio dele, conheci meu amigo Bolinha (alcanha), <sup>foi o amigo Paixão</sup> que <sup>(Curitiba)</sup> conseguiu de poucas oportunidades, e obtendo como bom amigo, querido, amado também, (o que no início) o qual trazia de <sup>(Curitiba)</sup> coisa do Rio de Janeiro e que depois de preso lá, não mais o ~~ver~~ (do bem) -

Bom, pensando nas consequências gravíssimas que ~~as zongueiras~~ <sup>(Curitiba)</sup> queri-

9729394

Fonte: Pasta temática do DOPS

Essa rede de informantes espalhados em diversas localidades de Curitiba ajudou a repressão a ter presença e capacidade de informações além de seus agentes e contribuíram para a vigilância e a punição. A cidade foi palco de manifestações estudantis, sindicais, de professores; de trabalhadores da construção civil que, em 1979, entraram em greve por melhores condições salariais e de trabalho. As manifestações contra a ditadura civil militar levaram a enfrentamentos entre agentes da repressão e estudantes, como foi o caso do confronto entre

estudantes e a Polícia Militar no Centro Politécnico e a tomada da Reitoria da UFPR. Segundo Luiz Manfredini, estudante na época:

Na semana anterior, resolvemos impedir o vestibular de uma turma noturna – e paga da faculdade de Engenharia, na primeira investida, no Centro Politécnico, obtivemos sucesso. Na segunda, dia 12 de setembro de maio, domingo, 1.200 policiais militares nos aguardavam. E éramos tão somente 500 guris. A polícia nos atacou a cavalo e armada com espadas. Durante mais de quatro horas lutamos com tenacidade e coragem, transformando os campos vizinhos ao Centro Politécnico numa praça de guerra. Mas fomos vencidos (...) tomamos a Reitoria porque desejávamos criar um fato suficientemente arrojado e eficaz para garantir nosso objetivo (...). Concentramo-nos na Praça Santos Andrade, a partir das sete horas da manhã de 14 de maio. Curávamo-nos, ainda, das feridas provocadas pelo confronto de domingo, no Centro Politécnico. Dos quase três mil estudantes – entre universitários e secundaristas- reunidos na praça (...). Às oito horas já estávamos ocupando as quatro esquinas da quadra e erguendo barricadas. Obtivemos a solidariedade dos operários de uma construção civil na esquina das ruas XV e Dr. Faivre. Empregamos as barras de ferro que os trabalhadores nos ofereceram para descalçar as ruas dos paralelepípedos e construir barricadas de mais ou menos 60 centímetros de largura por quase metro e meio de altura. Interceptávamos veículos oficiais e usamo-los para reforçar o bloqueio. Seriam explodidos, caso houve repressão. (...) as tropas estavam chegando. Primeiro, a Companhia de Operações Especiais da Polícia Militar, armada com máscaras e bombas de gás, depois, a infantaria, portando cassetetes; finalmente, a cavalaria e suas espadas (...). Um carro pipa do Corpo de Bombeiros estacionou na esquina das ruas XV e Dr. Faivre. A brigada secundarista, que estava sob meu comando, havia consumido a madrugada fabricando uma meia dúzia de bombas molotov (...). Às 11 horas e cinco minutos, o desembargador Munhoz de Mello chegou para comunicar, pessoalmente, o resultado dos entendimentos.

Vocês têm a garantia, minha e do diretor da Faculdade de Engenharia, de que as matrículas para o curso noturno não serão abertas até se conseguir a gratuidade do curso (...) rapidamente desocupamos os prédios, desfizemos as barricadas e saímos em passeata pela rua XV até a Praça Osório, puxando conosco, atado à mesma corda que ajudara a derrubá-lo, o busto arranhado do reitor Suplicy, subtraído do nariz e de uma das orelhas (MANFREDINI, 2024, p. 254-25).

Esse relato demonstra que houve confrontos, resistências, e vitórias contra as ações da ditadura em Curitiba. As narrativas dos que sofreram os atos de arbítrio pelos agentes do Estado ditatorial, daqueles que tinham conhecimento mesmo sem terem participação direta ou indireta na luta contra as ações de repressão, ou da população de modo geral, objetivamente ou subjetivamente, podem ser entendidas, segundo Sarlo, “pela memória o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, desloca estas últimas ocupando o espaço todo da consciência” (SARLO, 2007, p.93). Então, essas memórias precisam de um lampejo (BENJAMIN, 2020, p.70) para que as ações de

repressão possam ser vistas, como *modus operandi* da ditadura em todo o território nacional, pois:

Experiências transgressoras de homens e mulheres que lutaram contra o autoritarismo da ditadura evidenciam, no presente que o Paraná foi palco, no passado, de resistência, de guerrilha e de militância. No Estado, toda uma garra de categorias e sujeitos estiveram sob a vigilância da Dops, todos/as foram considerados/as subversivos/as e vigiados/as pela repressão. (CONRADI, 2018, p.286).

A narrativa que atribuiu o conservadorismo da sociedade paranaense e, por extensão, a curitibana, contribuiu para uma memória hegemônica da ditadura em relação aos seus suportes. A ditadura de 1964 mostra que o rompimento com o regime de exceção “se efetuou por meio da transição de uma visão da política como enfrentamento e violência para um modelo do consenso, acordado em negociações entre os representantes políticos” (RELES, 2009.p.578). A presença dos suportes de memória em Curitiba pode ser entendida como herança da ditadura, herança de consensos, por que:

O maior malefício do consenso foi silenciar os modos divergentes com que a subjetividades sociais rompem com o modelo racional, tornando afásicas as diversas interpretações da memória. Há um contínuo conflito entre a dominação e a resistência dentro da normatização do regime constitucional. As limitações dos atos de memória fabricados pelos recentes governos democráticos ficam expostas na tensão entre a razão política consensual e as memórias heranças da ditadura. As ações institucionais na nova democracia obstruem a ampliação da esfera pública, ao restringir o alcance de suas políticas às emoções privadas de cada indivíduo ou grupo indenitário (TELES, 2009, p.578).

Todavia, a História é feita de rupturas e continuidades, assim, é preciso pensar além da Curitiba conservadora, mas em seus avanços e retrocessos, com ilhas de vanguardismo, de lutas operárias. Por exemplo, a greve de 1917, influenciada pela Revolução Russa, parou a cidade. Foi organizada, basicamente, pelos operários e inserida nacionalmente junto das movimentações de São Paulo e Rio de Janeiro de Janeiro. A pauta de reivindicações era abrangente, desde a redução da jornada de trabalho para oito horas até a diminuição dos preços do aluguel das casas. Assim “se iniciam as articulações que iriam paralisar a cidade de Curitiba e nos próximos dias implantariam o temor na tradicional população curitibana, sendo que várias fábricas aderiam à paralisação, e apenas na fábrica “de fósforos Hurllemann só não aderiram as moças” (FONSECA, GALEB, 1996, p.40). Segundo esses autores:

Houve vários confrontos e os grevistas foram duramente reprimidos pela polícia. O Diário da Tarde, de 20/07/1917, assim noticiou a situação: “O aspecto da cidade era terrível a sete horas da noite. Às escuras e cheia de boatos alarmantes, parecia que nós achávamos em plena revolução (...) acima disso estava o terror que se espalhou ao ouvir-se um renhido tiroteio. Tiroteio que teria acontecido na Barão do Rio Branco, deixando feridos um operário e três policiais. (FONSECA, GALEB, 1996, p.42)

Sessenta e dois anos depois, em março de 1979, em plena ditadura civil militar, eclodiu, em Curitiba, a greve dos operários da construção civil:

Houve uma passeata, composta por grupos de trabalhadores que vieram das obras da Cidade Industrial e seguiram até a Praça do Atlético, onde formaram uma grande concentração. Foi a primeira greve dos operários depois da forte repressão da ditadura pós a AI-05, em uma cidade com perfil conservador e tradicional. A greve se iniciou com a mobilização de um grupo de mulheres e se transformou em um movimento de grandes proporções, com quase 17 mil trabalhadoras e trabalhadores paralisados. Foi duramente reprimida pelos órgãos de repressão do Estado ditatorial e vigiados pelos aparatos repressivos, DOI-CODI e DOPS. “(FONSECA, GALEB, 1996, p.42)

Porém, o modelo de consensos impossibilitou que os suportes de memória da ditadura civil militar em Curitiba fossem mapeados, identificados os seus locais, geralmente espaços públicos que foram utilizados pelo regime ditatorial, mas também em praças, ruas, estátuas, placas comemorativas, para garantir que sua memória fosse preservada. E o campo da política, que deveria se “constituir no espaço apropriado para a abordagem do passado violento, tornou-se o lugar da mudez social brasileira” (TELES, 2009.p.579).

A História e a memória geram conflitos entre si, “porque nem sempre a História consegue acreditar na memória, e a memória desconfia de uma reconstituição que não coloque em seu centro os direitos da lembrança (direitos de vida, de justiça, de subjetividade). Pensar que poderia existir um entendimento fácil entre essas perspectivas sobre o passado é um desejo de lugar comum” (SARLO, 2007, p.9).

Os suportes de memória da ditadura impedem que o passado seja revisitado pelo presente, sendo perpetuadores das memórias da repressão e do arbítrio, pois “a verdadeira imagem do passado escapa rápido. Só podemos apreender o passado como imagem (...) e estas imagens que se personificam nos suportes precisam relampejar, para que a verdade não escapará de nós” (BENJAMIN, 2020, p.69). Por isso, é necessário pensar o passado e suas memórias, localizando e substituindo os nomes que legitimaram o governo ditatorial pelo nome daqueles que representam a



luta contra ele, e, assim, “as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória” (POLLAK, 1989, p.3).

Os governos pós-ditadura permitiram que a memória da ditadura e de seus representantes fosse preservada em suportes que estão no cotidiano das pessoas. Por isso, o entendimento desses suportes de memória “demandam novas exigências de método e tendem à escuta sistemática dos ‘discursos de memória’: diários, cartas, conselhos, orações” (SARLO, 2007, p.17), assim como de placas comemorativas, nomes de ruas, escolas, bustos. Também se faz necessário o “trabalho de desconstrução da memória, desvendar não só o modo como o vencedor produziu a representação de sua vitória, mas, sobretudo, mostrar como a própria prática dos vencidos participou dessa construção, deixando-a se erguer” (CHAUÍ, 1984, p.17).

As permanências podem ser entendidas no âmbito do silêncio não só das instituições brasileiras, mas, também, da sociedade, no não enfrentamento dos crimes do passado, sendo que, “Na democracia, o silêncio simboliza a continuidade de um ato político de exceção. E os atos marcantes do regime de exceção, a tortura e a violência, se reapresentarão na democracia mantendo-se nos procedimentos do Estado” (TELES, 2009, p.590). Esses procedimentos permitem que placas, nomes de ruas, escolas, bustos que representaram a ditadura permaneçam sem serem contestados, ou, nem mesmo, identificados como suportes do governo ditatorial. É necessário pensá-los como rememoração<sup>33</sup> ou seja:

A rememoração também significa uma atenção precisa ao presente, em particular a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente. A fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, visa à transformação do presente. (GAGNEBIN, 2006, p.55).

Do ponto de vista de Nora, “a memória é a vida sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconscientemente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, enquanto que História é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais” (NORA, 1993. p.9).

---

<sup>33</sup> Benjamin chama de *Eingedenken*, em oposição à *Erinnerung*, de Hegel, e às várias formas de apologia.



## 5 ANÁLISE DE SUPORTES DE MEMÓRIA DA DITADURA EM CURITIBA

A cidade de Curitiba abriga muitos espaços onde a força simbólica que enaltece a ditadura se faz presente em contato direto com a população e influenciando suas memórias coletivas e individuais. E, se toda História é pensada a partir de um lugar (SAFLATLE, 2024), esse lugar é o espaço público da cidade de Curitiba e seus suportes de memória da ditadura.

Desde os anos 2000, em função de meu ofício como Professor de História do Colégio Estadual do Paraná, estudo e olho a cidade procurando reconstituir o passado da ditadura civil militar em Curitiba, como um *flâneur* benjaminiano, atendo aos detalhes e seus significados, olhando os suportes que se encontram nas ruas, salas, corredores, praças, “porque são a morada do coletivo” (BENJAMIN, 1994.p.194). Entendo que as estudantes e os estudantes precisam, objetivamente e subjetivamente, perceber os vestígios da ditadura em seu cotidiano. Fui criando, ao longo desses anos, um percurso, levando meus estudantes a caminharem pela cidade de Curitiba, observando os locais onde a memória da ditadura se faz presente. A seguir, apresento alguns desses suportes de memória e uma possível análise deles, esperando contribuir para que outras professoras e professores possam ampliar esse mapeamento e criar seus próprios percursos.

No bairro Ganchinho, por exemplo, podemos encontrar Rua Delegado Ozias Algauer.

**FIGURA 8 – Nome de Rua no Bairro Ganchinho, Curitiba, PR**



FONTE: Rubens da Silva Tavares (2024)

Da Delegacia de Ordem Política e Social, do Paraná, entre 1968-1978, em 1979, o Delegado Ozias Algauer assumiu a Chefia do Gabinete da Secretaria de

Segurança Pública, falecendo em 11 de abril de 1980. “Ozias Algauer, ficou conhecido pelo seu sadismo ao torturar os presos que caíam em suas mãos.”<sup>34</sup>

O Delegado Algauer protagonizou o bizarro caso da prisão de pais e professores das escolinhas Oficina e Oca, acusados de doutrinação marxista. Ele já havia fechado “um jardim de infância, em, 1966, chamado Pequeno Príncipe, sob a acusação de que as professoras estavam ensinando marxismo para os alunos” (ABREU, 2016, P.3). Importante lembrar que se tratava de crianças entre 1 a 6 anos. “O cineasta Valêncio Xavier, no documentário intitulado Os Onze de Curitiba”, relata esse fato.

Outro exemplo está no bairro Tarumã, onde se localiza a Avenida Castelo Branco, homenageando um dos principais articuladores do golpe Civil Militar, e também o primeiro a assumir o governo civil militar logo após o golpe.

**FIGURA 9 – Nome de Rua no Bairro Tarumã, Curitiba, PR**



FONTE: Rubens da Silva Tavares (2024)

Na Avenida Affonso Camargo, no bairro do Capão da Imbuía, encontra-se o tubo de ônibus nominado de Delegado Amazor Prestes.

**FIGURA 10 – Nome de Tubo de Ônibus no Bairro Capão da Imbuia, Curitiba, PR**



FONTE: Rubens da Silva Tavares (2024)

---

<sup>34</sup> <https://forumverdade.ufpr.br/blog/tag/censura/> Acesso 28 de Nov de 2024.

Trata-se de uma homenagem ao superintendente listado como torturador por ex-presos políticos em uma lista sobre a qual “é importante salientar que todos os nomes citados nos processos já constam de outras publicações especialmente dos livros Brasil Nunca Mais - um relato para a História, Resistência Democrática e Memórias Torturadas (e alegres) de um preso político” (CALCIOLARI, 2006, p.181).

Os suportes de memória também são encontrados em espaços escolares da educação básica à universidade, como, por exemplo, na entrada do Centro Politécnico da Universidade federal do Paraná, situada na Avenida Heráclito dos Santos, 100, no Bairro Jardim das Américas. No saguão de entrada há uma placa onde se lê” Centro Politécnico, inaugurado a 19 de dezembro, de 1965, pelo seu criador, o nosso professor Flávio Suplicy de Lacerda, Ministro da Educação e Cultura do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, presidente da República. A Congregação da Escola de Engenharia decidiu prestar-lhe essa homenagem. ”

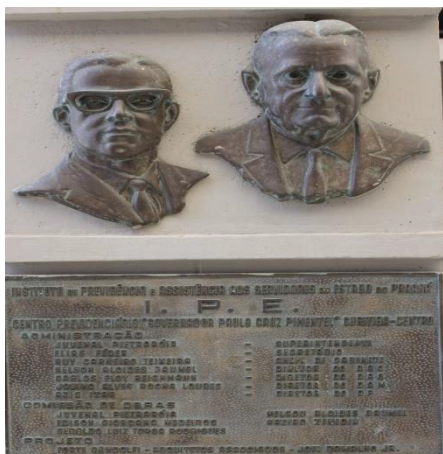
**FIGURA 11 – Placa Centro Politécnico, UFPR, Curitiba, PR**



FONTE: Rubens da Silva Tavares (2024)

Outro espaço que enaltece os personagens do golpe é uma placa em frente à antiga sede do Núcleo Regional de Educação de Curitiba, situado Rua Inácio Lustosa, 700, Bairro São Francisco, que ostenta uma placa em homenagem ao representante ditatorial Emilio Garrastazu Médici, responsável por um dos momentos mais violentos da ditadura, que se perpetua na memória ao não ser contradito e nem criticado, mas percebido, pelos transeuntes que passam em frente à placa, como uma “memória impedida” (RICCEUR, 1987, p.584) que leva ao esquecimento da violência que foi cometida durante seu governo.

**FIGURA 12 – Núcleo Regional de Educação de Curitiba, PR**



FONTE: Rubens da Silva Tavares (2024)

A própria universidade desconsidera os suportes de memória relacionados à ditadura brasileira. Aqui vemos a antiga sede da Polícia Federal, localizada, na época, na Rua Ubaldino do Amaral, número 321, que foi utilizado para a detenção de presos políticos e tortura, e onde funcionou uma Pró-Reitoria da UFPR.

**FIGURA 13– Pró-Reitoria da UFPR, Curitiba, PR**



Fonte: Rubens Tavares (2024)

O prédio de construção dos anos 1960 foi passado para a Universidade Federal do Paraná, onde funcionou a Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças, abrigou os arquivos do Departamento de Contabilidade e Finanças (DCF). Na inauguração da incorporação do prédio não se fez nenhum comentário a respeito de seu passado ligado à ditadura, nas palavras do então Reitor Zaki Akel Sobrinho, a "localização do prédio, próximo à Reitoria e ao HC, é estratégica para a

universidade”<sup>35</sup>. Nenhuma identificação foi colocada, desvelando a memória do arbítrio e da violência por parte do Estado.

A seguir, temos a homenagem a um dos políticos que assinou o Ato Institucional-5 em um Centro Municipal de Educação Infantil, CMEI, localizado, na Rua Oséas Lazzari Stoterau, 152 - Sítio Cercado, Curitiba.

#### **FIGURA 14 - Centro Municipal de Educação Infantil, CMEI, Curitiba, PR**



FONTE: [https://www.google.com/Novo+CMEprefeito Ivo Arzua](https://www.google.com/Novo+CMEprefeito+Ivo+Arzua). Acesso 3 de Nov de 2024

Ivo Arzua<sup>36</sup> foi Ministro da Agricultura, a convite de Arthur da Costa e Silva, após renunciar ao cargo de prefeito da capital paranaense. Ele permaneceu no governo até o fim do período da junta militar. Na página da Câmara de Vereadores<sup>37</sup> essa informação é omitida. A aprovação foi por unanimidade.

Esses locais podem exemplificar como os suportes de memória legitimam e justificam objetiva e subjetivamente ações autoritárias do Estado e o pouco apreço com as soluções democráticas. Nenhuma imagem é inocente, e, como propôs Benjamin, “quem alguma vez começou a abrir o leque da memória não alcança jamais o fim dos seus segmentos, não se satisfaz com nenhuma imagem, porque descobriu que o leque pode desdobrar-se e que a verdade reside em suas dobras” (SARLO, 2015, p.42).

---

<sup>35</sup> <https://ufpr.br/ufpr-inaugura-novo-predio-na-rua-ubaldino-do-amaral/> Acesso 2 de fevereiro de 2025.

<sup>36</sup> Na manhã desta quarta-feira (6), foi aprovado em segundo turno, com 29 votos favoráveis, o projeto que sugere o nome do ex-prefeito Ivo Arzua Pereira para a denominação de um logradouro do município (009.00026.2015). A iniciativa partiu de todos os vereadores que compõem a atual legislatura. De acordo com Julieta Reis (DEM), a aprovação do projeto resolve uma lacuna que se colocava na nomenclatura de logradouros da cidade: a ausência do nome de Ivo Arzua. <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/vereadores-aprovam-nome-de-ivo-arzua-para-denominar-logradouro-publico>. Acesso 30/09/2025.

<sup>37</sup> <https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/logradouro-publico-pode-ser-batizado-de-ivo-arzua-ex-prefeito> Acesso 17 de dez de 2024



## 6 MEMÓRIA IDEALIZADA DA DITADURA HOJE

É importante ler a contrapelo a ditadura e seus suportes de memória, problematizando-a no âmbito da aprendizagem histórica, a fim de se perceber que o presente é permeado de simbologias que enaltecem esse período nefasto da História brasileira. Assim, os mecanismos do arbítrio herdados ainda permanecem latentes e “permanecem influenciando no subterrâneo social individual e coletivo” (POLLAK, 1989).

Pensar historicamente a ditadura implica em definir o que é pensar historicamente, ou seja:

(...) é nunca aceitar as informações, ideias, dados etc, sem levar em consideração o contexto em que foram produzidos; seu tempo, suas peculiaridades culturais, suas vinculações com posicionamentos políticos e classes sociais, as possibilidades e limitações do conhecimento que tinha quando se produziu o que é posto para análise. É nunca deixar de lado que todo produto de uma ação tem um ou mais sujeitos em sua origem” (CERRI, 2020, p.59)

O contexto da ditadura foi idealizado por discursos que acabavam não enfrentando o passado, mas amenizando-o, sem esclarecer que o regime também foi consequência de classes sociais em luta e oposição, que não fizemos o “combate nas trevas” (GORENDER, 1987). São geradas difamações, *fake news*, acusações éticas e morais contra os que ensinam, discutem, problematizam o passado ditatorial e pensam criticamente os fatos históricos.

Essa “temporalidade que se inscreve nas sociedades modernas é, desse ponto de vista, a instituição de um presente opaco, sem passado ou futuro, plasmado, petrificado” (MATOS, 2009, p.73), permitindo que ataques à democracia sejam contínuos, a volta da Ditadura defendida, uma vez que não acertamos as contas com nosso passado ditatorial.

Os suportes da memória da ditadura ainda presentes nas ruas, praças, escolas, universidades contribuem para que esse passado permaneça petrificado, permaneça como uma nevoa em nosso presente, porque se entendermos que a “rua é o microcosmo da realidade social” (MATOS, 2006, p.115) precisamos confrontar os personagens que aludem com seus nomes esses “monumentos de barbárie” (BENJAMIN, 1993), com ações que confrontem historicamente seu passado de apoio ao regime ditatorial e:

O ensino de História pode servir para mostrar um passado às vezes pouco conhecido, mas bem presente nas fontes escritas ou materiais, de forma a questionar diversas “verdades” de invenção recente, simples fake News. Por meio da busca de um passado mais complexo, diferente e variado, descobrimos que é possível lutar por um futuro melhor. ” (FUNARI, 2021, p.142, 143)

Os ataques contra a educação, os educadores e ao próprio ensino da História têm raízes nesse passado que não passamos a limpo, que não levou aos tribunais os que cometeram tortura, violência e assassinatos, consentidos pelo Estado ditatorial. Essa omissão permite que grupos neofascistas assumam, na atualidade, narrativas falaciosas, moralistas, e, sobretudo, contra o ensino de História crítico. Pressionam de tal forma os que se propõe a desvelar o que se esconde atrás de discursos e atitudes críticas que podem levar ao suicídio, como aconteceu com o reitor da Universidade Federal de Santa Catarina<sup>38</sup>, que sofreu humilhação pública e acadêmica, deixando uma carta em que demonstra seu estado emocional diante dos ataques sofridos. Seu relato é bastante revelador sobre como práticas autoritárias oriundas do processo ditatorial brasileiro se fazem presentes e são admitidos mesmo na universidade. Por isso, reproduzo a íntegra dessa carta:

“A humilhação e o vexame a que fomos submetidos — eu e outros colegas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) — há uma semana não tem precedentes na História da instituição. No mesmo período em que fomos presos, levados ao complexo penitenciário, despidos de nossas vestes e encarcerados, paradoxalmente a universidade que comando desde maio de 2016 foi reconhecida como a sexta melhor instituição federal de ensino superior brasileira; avaliada com vários cursos de excelência em pós-graduação pela Capes e homenageada pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Nos últimos dias tivemos nossas vidas devassadas e nossa honra associada a uma “quadrilha”, acusada de desviar R\$ 80 milhões. E impedidos, mesmo após libertados, de entrar na universidade.

Quando assumimos, em maio de 2016, para mandato de quatro anos, uma de nossas mensagens mais marcantes sempre foi a da harmonia, do diálogo, do reconhecimento das diferenças. Dizíamos a quem quisesse ouvir que, “na UFSC, tem diversidade! ”. A primeira reação, portanto, ao ser conduzido de minha casa para a Polícia Federal, acusado de obstrução de uma investigação, foi de surpresa.

Ao longo de minha trajetória como estudante de Direito (graduação, mestrado e doutorado), depois docente, chefe do departamento, diretor do Centro de Ciências Jurídicas e, afortunadamente, reitor, sempre exerci minhas atividades tendo como princípio a mediação e a resolução de

---

<sup>38</sup> “Ele se suicidou, mas foi um assassinato [...] Um dos maiores escândalos judiciais e policiais da História do Brasil”. Tribunal de Contas da União comprova inocência de Luiz Carlos Cancellier, seis anos após ele tirar a própria vida. Delegada que prendeu ex-reitor da UFSC é acusada de falsificar depoimento. Em última carta antes de morrer, Cancellier se disse “perplexo” e “amedrontado” <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2023/07/ex-reitor-da-ufsc-luiz-carlos-cancellier-e-inocentado-6-anos-apos-cometer-suicidio.html>. Acesso 29/04/2025.



conflitos com respeito ao outro, levando a empatia ao limite extremo da compreensão e da tolerância. Portanto, ser conduzido nas condições em que ocorreu a prisão deixou-me ainda perplexo e amedrontado.

Para além das incontáveis manifestações de apoio, de amigos e de desconhecidos, e da união indissolúvel de uma equipe absolutamente solidária, conforta-me saber que a fragilidade das acusações que sobre mim pesam não subsiste à mínima capacidade de enxergar o que está por trás do equivocado processo que nos levou ao cárcere. Uma investigação interna que não nos ouviu; um processo baseado em depoimentos que não permitiram o contraditório e a ampla defesa; informações seletivas repassadas à PF; sonegação de informações fundamentais ao pleno entendimento do que se passava; e a atribuição, a uma gestão que recém completou um ano, de denúncias relativas a período anterior. Não adotamos qualquer atitude para abafar ou obstruir a apuração da denúncia. Agimos, isso sim, como gestores responsáveis, sempre acompanhados pela Procuradoria da UFSC. Mantivemos, com frequência, contatos com representantes da Controladoria-Geral da União e do Tribunal de Contas da União. Estávamos no caminho certo, com orientação jurídica e administrativa. O reitor não toma nenhuma decisão de maneira isolada. Tudo é colegiado, ou seja, tem a participação de outros organismos. E reitero: a universidade sempre teve e vai continuar tendo todo interesse em esclarecer a questão.

De todo este episódio que ganhou repercussão nacional, a principal lição é que devemos ter mais orgulho ainda da UFSC. Ela é responsável por quase 100% do aprimoramento da indústria, dos serviços e do desenvolvimento do estado, em todas as regiões. Faz pesquisa de ponta, ensino de qualidade e extensão comprometida com a sociedade. É, tenho certeza, muito mais forte do qualquer outro acontecimento". (disponível <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2023/07/ex-reitor-da-ufsc-luiz-carlos-cancellier-e-inocentado-6-anos-apos-cometer-suicidio.html>. (Acesso 29/04/2025)

Essa carta despedida revela o quanto professoras e professores de História, precisam explicar e confrontar narrativas, revelar, desvelar o passado idealizado sobre a ditadura militar, materializado, legitimado e consensuado no cotidiano pelos suportes da memória espalhados pela cidade.

As leituras dos suportes de memória se fazem necessárias para que não se “transformem em um “semióforo”<sup>39</sup> de um passado que não se pode enxergar, mas que o presente se possa construir expondo essas “caixas de memória” (ASSMANN, 2011, p.23) e que a exposição dessas memórias possa contribuir para que o presente supere vivências do passado de autoritarismo, de violência estatal, de tratar os movimentos sociais reivindicatórios como caso de polícia.

Assim foi com a greve de 1988, dos professores e professoras da Rede Pública de Ensino Fundamental e Básico do Estado do Paraná, que no dia 30 de

---

<sup>39</sup> Símbolo visível de algo invisível e impalpável, como o passado ou a identidade de uma pessoa (ASSMANN, 2011, p.27)

agosto, foram violentamente reprimidos em frente ao Palácio Iguaçu sede do governo do Estado, pela cavalaria da polícia militar, cães, bombas, cassetetes.

**Figura 15 - Palácio Iguaçu, 1988**



Fonte: <https://pr.cut.org.br/noticias/paralisacao-estadual-em-3008-dia-de-luto-e-luta-dos-trabalhadores-em-educacao-publica-679c> Acesso 13 de maio de 2025

Em 2015, no dia 29 de abril, novamente professores, professoras e o funcionalismo público, mais uma vez diante do Palácio Iguaçu, se manifestando contra o projeto de Reestruturação da Previdência (33.556 beneficiários da previdência estadual, com 73 anos ou mais, do Fundo Financeiro, mantido pelo tesouro estadual, passariam para o Fundo Previdenciário, composto pelo desconto compulsório dos servidores ativos que ingressaram no serviço público do Paraná após 2003), e mais uma vez a violência do Estado foi desferida, com todo o seu aparato repressivo.

**Figura 16 - Palácio Iguaçu, 2015**



Fonte: <https://appsindicato.org.br/32-anos-do-29-de-abril-de-2015-categoria-em-luto-e-na-luta-pela-educacao-publica/> Acesso 13 de maio de 2025

Comparando-se os registros anteriores ao seguinte, de 1964, é possível perceber traços comuns entre eles, que se impõem sobre o tempo histórico, pois, a relação entre o presente e o passado não é puramente temporal.

**Figura 17- Candelária, Rio de Janeiro, 1968**



Fonte: <https://memoriasdaditadura.org.br/wp-content/uploads/2023/10/5---Fotografia-marco-da-Sexta-feira-Sangrenta-1024x634.jpg> Acesso 13 de maio 2025

Por isso a necessidade de relembrar os fatos, a necessidade de sempre publicar essas imagens de violência nas escolas, pois carregam as marcas não só da violência, mas o descaso com o direito dos movimentos social de reivindicar suas pautas e lutas, sendo que o “perigo é cair no esquecimento, assim como manter não lida e encoberta pela narrativa tradicional que apresenta apenas o triunfo dos vencedores” (SILVA, 2023, p.51).

A democracia deve ser um ato de desejo e não uma imposição (RIBEIRO, 2000); sendo um ato imposto, perde o seu significado simbólico, de Isegoria<sup>40</sup> e Isonomia<sup>41</sup> e sua característica fundamental, que é a Alethea<sup>42</sup>, pois “a verdade, então, vive nos detalhes, mas nunca se estabiliza neles, passa de um a outro e, sobretudo, emerge no contraste entre eles” (SARLO, 2015). Esses contrastes precisam ser explicitados, revisitados, atualizados, desconstruídos e reconstruídos, na História local e nacional da ditadura brasileira e que a democracia se refunde num ato de desejo. Para isso, os suportes de memória da ditadura em Curitiba

---

<sup>40</sup> Isegoria, do grego ἰσηγορία (isegoría), significa o direito de todos os cidadãos de participar da vida pública, contribuindo com argumentos e opiniões.

<sup>41</sup> Significa a igualdade de todos perante a lei. É um princípio fundamental que garante que todas as pessoas sejam tratadas de forma justa e não discriminatória, independentemente de suas características individuais.

<sup>42</sup> Designa a verdade ou revelação, em contraste com a opinião. É o espírito da verdade e sinceridade.

precisam ser vistos como marcas da ditadura e de seus representantes, sendo contrapostos a outros suportes que representem as vítimas.

A História e a Educação têm papel fundamental nesse processo. A pesquisa de 2024, feita com 6.650 jovens da América Latina, conduzida pelo Projeto Residente,<sup>43</sup> chegou à conclusão de que as memórias da ditadura têm apoio junto aos estudantes, sobretudo entre os estudantes do ensino público. Então, estudar o período da ditadura militar não é estudá-lo como um passado distante e sem sentido para o presente, mas, nas palavras dos professores da referida pesquisa, “o estudo da ditadura militar no Brasil permite que os alunos compreendam as violações dos direitos humanos e as ameaças à democracia que ocorreram durante esse período. Isso os capacita a valorizar e defender os princípios democráticos e os direitos fundamentais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária” (CERRI, COSTA, SANTO, 2024, p.84).

---

<sup>43</sup> A pesquisa foi realizada pelo Grupo de Estudos em Didática da História da Universidade Estadual de Ponta Grossa UEPG, pelos professores Luis Fernando Cerri, Maria Paula Costa e Janaína de Paula do Espírito Santo.

## 7 PRODUTO DIDÁTICO PEDAGÓGICO

O Mestrado ProfHistória tem como proposta a elaboração de um produto pedagógico que auxilie os docentes como a comunidade escolar e não escolar a ter acesso ao tema pesquisado. Minha proposta é a disponibilização de um *e-book*, no site do Colégio Estadual do Paraná. O *e-book*, ser uma mídia digital, também possibilita uma contínua retroalimentação de dados, imagens, documentos, revisões de dados dos atingidos pelo Estado ditatorial, arquivos descobertos.

Com o advento das Tecnologias da Informação (TI) e das mídias digitais, ocupando um espaço enorme do cotidiano, não só de estudantes e professores, com o uso de ferramentas, de pesquisa, acesso a arquivos, *online*. Se popularizou o uso da Internet como uma das principais ferramentas acessadas por milhões de pessoas que nela procuram desde informações sobre o tempo até livros, artigos, publicados eletronicamente.

E por conter exatamente esses recursos hipertextuais<sup>44</sup>, onde se possa ter acesso aos suportes de memória da ditadura em Curitiba, o torna mais dinâmico no caso do Ensino de História, porque ao trabalhar essa interatividade, se trabalham vários instrumentos pedagógicos de aprendizagem, desde o acesso, até a sua leitura e a possibilidade de interagir com seus documentos, imagens e conteúdo.

Com o advento de novas mídias proporcionado pelo avanço da Internet, como instrumento de trabalho, seja pedagógico ou de pesquisa, uma nova Sociedade do Conhecimento se constrói, e no caso do *e-book*<sup>45</sup>, foi um dos primeiros instrumentos a proporcionar a confecção do livro eletrônico, possibilitando que seja utilizado por várias redes sociais, fazendo seus downloads e utilizando os recursos que os livros digitais oferecem.

A utilização do texto eletrônico foi um marco da explicitação da cultura digital e sua utilização, enquanto suporte alternativo para o livro impresso possibilita a democratização do saber, uma vez que qualquer usuário de uma rede digital e com mínimos conhecimentos podem lê-los em on line ou off line e mesmo baixá-los, em seus tablets, celulares ou *notebook*.

Esses arquivos digitais oportunizam, popularizam pesquisas, uma vez que todos podem ter acesso a estas mídias digitais, com isto se cria uma possibilidade

---

<sup>44</sup> Hipertexto é o termo que remete a um texto ao qual se agregam outros conjuntos de informação na forma de blocos de textos, palavras, imagens ou sons, cujo acesso se dá através de referências específicas, no meio digital denominadas hiperligações.

<sup>45</sup> O termo *e-book* é simplesmente a abreviatura de eletrônico book (livro eletrônico).

de popularizar certos temas, conteúdos, que antes ficavam restritos aos espaços acadêmicos. Estas multiplicidades de uso o diferem do livro impresso, uma vez que a possibilidade de acessá-lo de qualquer mídia digital possibilita um maior número de usuários, e de estudantes.

Porque os *e-books*, “podem ser criados *e-books* sem um correspondente impresso, ou seja, a obra pode ser totalmente produzida em meio digital. Poderiam também conter recursos hipertextos ou multimidiáticas, o que o transformaria num complexo digital multimídia” (MELLO JUNIOR, 2006):

O livro eletrônico se refere a uma publicação digital não periódica, quer dizer, que se completa em um único volume ou em um número predeterminado de volumes e que pode conter textos, gráficos, imagens estáticas e em movimento, assim como sons. Também se nota que é uma obra expressa em várias mídias (multimídia: textos, sons e imagens) armazenadas em um sistema de computação. Em suma, o livro eletrônico se explica como uma coleção estruturada de bits que pode ser transportada e visualizada em diferentes dispositivos de computação (GAMA RAMÍREZ, 2006, p. 12 apud. VELASCO e ODDONE, 2007, p. 3).

O *e-book*, sendo uma das mídias digitais, não concorre com o livro impresso, pois, não se apresenta necessariamente como um concorrente do livro. Apresenta uma variação, do suporte do livro impresso, como áudio livro, braille, imagens em movimento. Está adequado ao Artigo 2º da Lei Nacional do Livro “equipara vários formatos de arquivo ao livro, dentre eles os livros em meio digital” (BRASIL, 2003, p. 2). A evolução das Tecnologias da Informação trouxe modificações, que mudaram e mudam diariamente as formas de viver, pensar e aprender.



## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ditadura civil militar, que ficou no poder durante 21 anos, no Brasil, não se esgotou e precisa ser revisitada, buscando-se as rupturas e continuidades, na perspectiva do entrelaçamento da história nacional e da história local. Ela está visível nos suportes de memória que a mantêm viva, influenciando as memórias. Por isso, é importante pensar os suportes não apenas como representações históricas da ditadura, mas é primordial que docentes e discentes possam olhar criticamente para eles e também descobri-los, publicizando-os.

Com estudantes 3º anos do Ensino Médio, do Colégio Estadual do Paraná, depois de abordar a Ditadura Civil Militar, em sala de aula, fazíamos um percurso pelas ruas de Curitiba. Saíamos do Colégio, em acerto com a Direção e Coordenação do Curso de História, indo ver o que sobrou do prédio da Secretária de Segurança, o antigo prédio do DOPS, na João Negrão, 773, onde hoje funciona um estacionamento, um *fast food*, e um “martelinho de ouro” (oficina especializada em lataria de carro). O antigo prédio ainda tem os imensos portões dos tempos da Delegacia. Pedia aos estudantes que imaginassem esses portões sendo fechados, como aconteceu com as presas e os presos políticos, privados de qualquer direito e submetidos aos seus sequestradores<sup>46</sup>.

Subíamos na parte superior, onde existe apenas uma cela, pois as outras foram demolidas, a porta estava retirada e caída em frente; a cela era muito pequena, sem janela, escura, e alguns estudantes ficaram visivelmente emocionados, imaginando a violência que foi cometida ali onde se impunham o terror e o medo. Terminávamos a caminhada na Praça Rui Barbosa, em frente ao antigo quartel, que também foi utilizado para a prisão e a tortura. Hoje esse local é denominado Rua da Cidadania, e quem circula por ali desconhece sua história e poucos sabem que ali foram presos cidadãos que discordavam e faziam oposição ao regime civil militar e passaram a ser considerados inimigos da nação.

Percorrer as ruas e praças, *benjaminianamente*, levou as estudantes e os estudantes a ver-ler os suportes de memória da ditadura civil militar pelo avesso, a *contrapelo*. Permitiu a aproximação entre o saber da sala de aula e o saber prático, teoria e prática se complementando, uma interligada à outra, tornando as aulas vivas sem perder a rigorosidade da análise dos fatos. Assim, talvez, os suportes da ditadura possam perder espaço para os suportes da democracia.

---

<sup>46</sup> Uso esse termo porque nenhum tinha mandato de prisão, eram sequestrados em outras cidades do Paraná e levados à Delegacia, sem nenhum direito básico.



## 8 REFERÊNCIAS

- ABREU, José dos Santos. **Operação pequeno príncipe**. Polícia política e marxismo Infantil no Paraná. Curitiba: Editora Prismas, 2016.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **Memórias estudantis, 1937-2007: da fundação da UNE aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação. Formas e transformações da memória cultural**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.
- BENJAMIN, Walter. **Sobre o Conceito de História obras escolhidas** 6ª edição Editora Brasiliense, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Sobre o Conceito de História** Edição Crítica. São Paulo: Alameda, 2020.
- \_\_\_\_\_. **Obras escolhidas III. Charles Baudelaire um lírico no auge do Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BRASIL. **Política nacional do livro: lei nº 10.753**. Brasília: Presidência da República, 2003. In <http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2007/11/lei-10753-de-2003.pdf>
- BURKE, Peter. **A História como Memória Social** In: o mundo como teatro - estudos de antropologia histórica. Lisboa. Difel. 1992.
- BOBBIO Norbert. **Direita e esquerda razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- CALCIOLARI, Silvia. **Ex-presos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964-1978)**. Curitiba: Assembleia Legislativa, 2006.
- CHAUÍ, Marilena. **O Silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CERRI, Fernando Luis. **Ensino de História e consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- CERRI, Fernando Luis, COSTA, Maria Paula, ESPIRITO, do Janaina de Paula. **Representações de jovens estudantes sobre a ditadura militar brasileira** Revista História Hoje. São Paulo, v. 13, nº 28 2024 <https://doi.org/10.20949/rhhj.v13i27.1192>
- CONRADI, Carla Cristina Nacke. **A Ditadura Civil Militar no Paraná: Memórias de mulheres militantes**. MENDONÇA, Joseli Maria Nunes, SOUZA, Jhonatan Uewerton. **Paraná Insurgente. História e Lutas sociais – séculos XVIII ao XXI. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018.**
- DAVALLON, Jean. **Papel da Memória**. Pierre Achard, Campinas: Pontes Editores, 2015.
- ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. **Torre das guerreiras e outras memórias**. São Paulo: Editora 106, 2022.
- FERREIRA, Dirceu Franco. **Os anos de chumbo e o “milagre econômico”**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2019. (Coleção Folha A República Brasileira:130 anos: v.19)
- FERREIRA, L. M. **Quieta Non Movere: Arqueologia Comunitária e Patrimônio Cultural**. In: FUNARI, P. P; CARVALHO, A. V. (Org.). **Patrimônio Cultural, Diversidade e Comunidades**. Campinas: Editora da Unicamp, 2011, p. 15-36.
- FICO, Carlos. **O golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.
- \_\_\_\_\_. **O grande Irmão, da operação brother sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FONSECA, Marcelo Ricardo, Galeb, Mauricio. **A greve Geral de 17 em Curitiba, Resgate da memória Operária**. Curitiba: Edição IBERT, 1996.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo; Ed. 34,2006.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas, a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

GRUNER, Clóvis, org.: Ribeiro, Luiz Carlos. **Utopias e experiências operárias: ecos da greve de 1917**. São Paulo: Intermeios: Curitiba: UFPR\_PPGHIS, 2019.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HARTMAN, Saidiya. **Perder a Mãe**, Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

HÉLGIO, Trindade (organizador). **Universidade em Ruínas: na República dos professores**. Petrópolis, RJ: Vozes/Rio Grande do Sul, CIPEDES, 1999.

JOFFILY, Mariana, CHIRIO, Maud. **Torturadores. Perfis e trajetórias de agentes da repressão na ditadura militar brasileira**. 1ª.ed.-São Paulo: Alameda, 2025.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. São Paulo: Edusp, 2013.

\_\_\_\_\_. **No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)** / Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013.

JOUTARD, Philippe. **Reconciliar História e Memória?** Revista da FAAEBA? Educação e Contemporaneidade, Salvador, v.14, n.23, p.205-212, jan-jun.2005.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, SP: Atlas 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Unicamp: Editora da UNICASMP, 2013.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. **Paraná: política e governo**, Curitiba: SEED, 2001.

MAGALHÃES, Mário **Marighella o guerrilheiro que incendiou o Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MAIOR, Teotônio Souto. **Os horrores da Clínica Marumbi**. Vozes da Resistência. Memórias da luta contra a ditadura militar no Paraná. Organização Aluizio Palmar. Curitiba: Banquinho publicações, 2024.

MANFREDINI, Luiz. **Nós, de estilingue, atrás das barricadas**. Vozes da Resistência. Memórias da luta contra a ditadura militar no Paraná. Organização Aluizio Palmar. Curitiba: Banquinho publicações, 2024.

MARCUSCHI, L. A. **A questão do suporte dos gêneros textuais**. DLCV: Língua, Linguística e Literatura, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 9-40, 2003.

MATOS, Olgária C.F. **Momentos Filosóficos variações benjaminianas**. Ibitinga São Paulo: Cefa editorial, 2022.

\_\_\_\_\_. **Discretas esperanças**. São Paulo: Nova Alexandria, 2006.

\_\_\_\_\_. **Contemporaneidades**. São Paulo: Lazuli/Companhia Editora Nacional, 2009.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**, São Paulo: Boitempo, 2021.

MELLO JUNIOR, José de. **Do códex ao e-book: metamorfoses do livro na era da informação**. 2006. 424 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação)- Programa de Pós de Graduação em Comunicação, Universidade Paulista, São Paulo, 2006.(<https://repositorio.unip.br/comunicacao-dissertacoes-teses/do-codex-ao-e-book-metamorfoses-do-livro-na-era-da-informacao/>) Acesso 23/05/2025.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes, SOUZA, Jhonatan Uewerto. **Paraná Insurgente. História e Lutas sociais – séculos XVIII ao XXI**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2018.

MIRANDA, Márcio Batista de, SOUSA Richard Perassi Luiz de. **O ebook como mídia do conhecimento**. ([https://www.udesc.br/arquivos/ceart/id\\_cpmenu/5932/Artigo12\\_15505120525828\\_5932.pdf](https://www.udesc.br/arquivos/ceart/id_cpmenu/5932/Artigo12_15505120525828_5932.pdf)). Acesso 23/05/2025.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Passados presentes: O golpe de 1964 e a ditadura militar**. São Paulo: Zahar, 2021.

\_\_\_\_\_. **História, Memória e as disputas pela representação do passado recente**. São Paulo, Unesp, v.9, n.1, p.56-70, janeiro-junho,2013.

NAPOLITANO, Marcos. **O regime militar brasileiro 1964-1985**. São Paulo: Atual, 1998.

NORA, P.; AUN KHOURY, T. Y. **Entre memória e História: a problemática dos Lugares**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.], v. 10, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 22 mar. 2023.

PALMAR, Aluízio. **Vozes da Resistência. Memórias da luta contra a ditadura militar no Paraná**, Curitiba: Banquinho Publicações, 2024.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

PINSKY, Jaime. **Novos Combates pela História**, São Paulo: Contexto, 2021.

REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, Motta Rodrigo Patto Sá. **A Ditadura que mudou o Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

RICOEUR, Paul. **A memória, a História, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

RIBEIRO, Renato Janine. **Sociedade contra o Social**. O alto custo da vida pública no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ROBIN, Régine. **A Memória Saturada**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2016.

ROSSI, Paolo. **O passado, a Memória o esquecimento. Seis ensaios da História das ideias**. São Paulo: UNESP, 2010.

SARLO, Beatriz. **Sete ensaios sobre Walter Benjamin e um lampejo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

\_\_\_\_\_. **Tempo Passado-Cultura da Memória e guinada subjetiva**, Campinas: Editora Unicamp, 2007.

SANTOS, Cecília Macdowell, TELES, Edson, TELES, Janaína de Almeida. Organizadores. **Desarquivando a Ditadura Memória e Justiça no Brasil**, São Paulo: Hucitec, 2009.

SHIROMA, Eneida Oto, Moraes, Maria Célia Marcondes de, Evangelista, Olinda. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, 4.ed.

SILVA, Juremir Machado. **Golpe midiático-civil-militar**. Porto Alegre: Sulina 4ª edição, 2014.

SILVA, Luiz Gabriel. **Ditadura em Curitiba? Memórias (e esquecimentos) da Repressão e da resistência na capital paranaense e criação de site temático**. Curitiba: Editora CRV, 2021.

SILVA, Seligmann Márcio. **Walter Benjamin e a guerra de imagens**. São Paulo: Perspectiva, 2023.

STARLING, Heloisa. **A Máquina do golpe 1964: como foi desmontada a democracia no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

TELES, Edson, TELES, Janaína de Almeida (org.). **Desarquivando a ditadura**. São Paulo: Hucitec, 2009.

TELES, Edson, SAFATLE Vladimir. **O que resta da Ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010.

VELASCO, J.; ODDONE, N. **O livro eletrônico na prática científica: estratégia metodológica**. Anais do VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – UFBA, out/2007. In <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT7--069.pdf>, Acesso em 23/05/2025.

VIEIRA, Ildeu Manso. **Memórias Torturadas (e alegres) de um preso político**, Curitiba: SEEC, 1991.